



Aprovada por unanimidade dos 21 membros presentes na reunião de 19 de Junho de 2019.

O Presidente da Mesa

Primeira Secretária

Segundo Secretário

ATA DA 7ª. REUNIÃO ORDINÁRIA
DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS
REALIZADA A 17 DE ABRIL DE 2019
ATA Nº 09/2017-2021

--- Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e dezanove, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sendo Presidente o Senhor Dr. Sérgio Tavares dos Santos, tendo como 1ª. Secretária a Senhora Ana Margarida Infante Carmo e como 2º. Secretário o Senhor Adalberto Gomes Monteiro. -----

1. Aprovação da Ata nº 08/2017-2021; -----
2. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº.17/2019 da UFOPAC – Proposta de Alteração da Tabela de Taxas e Licenças; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 25/2019 – 1ª Revisão ao Orçamento de 2019; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 26/2019 da UFOPAC – Relatório de Atividades e Contas de 2018; -----
5. Apreciação do Relatório de Avaliação do estatuto do Direito de Oposição - 2018; -----

6. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a actividade da União das Freguesias de 01 de dezembro a 31 de dezembro de 2018; ----

7. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a actividade da União das Freguesias de 01 de janeiro a 31 de março de 2019. -----

----- **ABERTURA** -----

---- Pelas vinte horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e a 1ª. Secretária deu início à chamada dos membros da Assembleia de Freguesia. ----

---- **Pelo Movimento IN-OV** – Ana Rita Esteves Amaro, Simão Rocio Almeida Correia, João Miguel Marques Freire, Cristina Isabel Amante, Hugo Alexandre Jesus Afonso, Mário João Rodrigues Gomes, Fernando da Costa dos Santos e Carla Maria Machado Antunes. -----

---- **Pelo Movimento IOMAF** – Maria do Céu Messias Ramalhete, Pedro Filipe Fidalgo Marques e Miguel Alexandre Brito Campos. -----

---- **Pelo Partido Socialista** – José Carlos Martins Oliveira e Maria de Fátima Brito Filipe. -----

---- **Pelo Partido Social Democrata** – Joana Santa Marta. -----

---- **Pelo Centro Democrático Social** – Nuno Trindade Gusmão. -----

---- **Pela Coligação Democrática Unitária** – António Monteiro Espírito Santo. -----

---- **Pelo PAN - Pessoas, Animais e Natureza** – Carlos Alberto Gomes Ricardo. -----

---- **Pelo Bloco de Esquerda** – Vítor Manuel Abranches Viegas. -----

--- Na Assembleia estiveram presentes, em representação do Executivo da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a Presidente, Maria Madalena Silva Castro, a Tesoureira, Cátia Pereira Franco Bonito e os Vogais Artur Alberto Dono Claro Campos, Alexandra Maria Brito Leite. -----

---- O Senhor Horácio Rodrigues do IN-OV, apresentou pedido de substituição, pelo

que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do Regimento da Assembleia de Freguesia foi convocado a cidadã imediatamente a seguir na lista do IN-OV, a eleita Carla Maria Machado Antunes. -----

O Senhor António Francisco de Carvalho e Silva do IN-OV apresentou o pedido de renúncia ao cargo na qualidade de suplente da Assembleia de Freguesia. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos. Sejam bem-vindos, estimado publico também. -----

Vamos dar inicio ao período dedicado ao publico aqui presente, informo que aquando do inicio desta fase, nos termos do regimento em vigor, o publico que aqui está deve inscrever-se em folhas próprias para o efeito. A Mesa recebeu quatro inscrições. Não sei se haverá mais alguém que queira inscrever-se, assim sendo e como temos quatro, cada elemento que aqui está inscrito, terá cerca de sete minutos e meio para poder endereçar a sua informação ou pedido de esclarecimento. -----

Em primeiro lugar temos a inscrição da Senhora D. Mónica Albuquerque, pela Associação Cidadãos por Caxias, irá falar sobre a associação e o Centro Cultural da Pedreira Italiana. Faça o favor. -----

--- Inteiro a Senhora D. Mónica Albuquerque para dizer o seguinte: -----

Obrigada, quero agradecer mais uma vez a possibilidade de falar na Assembleia e cumprimentar a Presidente e todos os deputados da Assembleia, bem como a Mesa. Como o Dr. Sérgio disse, eu vou só referir-me que temos recentemente criada uma associação nova que se chama, Associação Cidadãos por Caxias com órgãos sociais já eleitos na reunião de 29 de março que decorreu, gentilmente numa sala cedida pela Senhora Presidente da Junta e que esta Associação se encontra disponível para o diálogo com a Junta e com a Câmara Municipal, nomeadamente, relativamente à nossa maior preocupação que é a construção prevista da via longitudinal sul que também vos

relatei, as nossas preocupações na última Assembleia em Dezembro. Tenho comigo fichas de sócios, se por acaso, alguém se quiser inscrever como sócio da Associação. A Associação tem como fins a promoção e a defesa dos interesses dos moradores de Caxias, nomeadamente os relacionados com a qualidade de vida, espaço habitacional e condições de segurança, a promoção e preservação do património natural, cultural e intervenção social, queremos ser um polo agregador da população principalmente de Caxias, iremos dinamizar iniciativas e gostávamos de contar também com o apoio da Junta para isso, bem como aceitamos sugestões de possíveis envolvimento que facilitem o contato com a população. -----

Em relação às questões que vou deixar, não vou gastar de certeza os sete minutos e meio que me atribuíram, mas queria deixar algumas considerações. Depois da reunião que tivemos aqui na Assembleia em dezembro, nós enquanto cidadãos preocupados, continuámos a ir às Assembleias Municipais e a tentar obter esclarecimentos junto do Presidente da Câmara, sobre a tal via longitudinal sul, posto isso o Senhor Presidente marcou uma reunião com os moradores, estivemos presentes no dia 8 de fevereiro numa reunião na Câmara com os técnicos que estão a fazer este estudo, bem como o Senhor Vice-Presidente, a Senhora Vereadora Joana Batista e a Senhora Presidente da Junta, gostávamos contudo de saber, desde a Assembleia de Dezembro, desde a reunião de 8 de fevereiro com o Presidente da Câmara, se a Junta já está mais informada sobre o que é previsto ser esta via longitudinal sul, se tem tido ou não informações da Câmara Municipal, porque desde 8 de fevereiro o contato com a Câmara Municipal e com o grupo de moradores não tem sido nenhum, nós ficámos a aguardar pacientemente o contato da Câmara como nos foi indicado que até abril não teriam novidades, mas já estamos a dezassete de abril, portanto o mês não tarda nada está a acabar após a Páscoa e portanto, agradecíamos que a Junta fizesse alguma

pressão junto da Câmara Municipal para obter mais informação, se é que ainda não a tem. -----

Gostaríamos também de ter informação, em relação ao Centro Cultural da Pedreira Italiana, ao que sabemos é um centro cultural, é uma estrutura que não sabemos quem é que gere, quem é que é responsável pelo equipamento e pelo seu uso, gostaríamos de ter esta informação, sabemos que estará fechado e podia ser útil para algumas atividades, portanto temos curiosidade em saber isto e depois questões práticas do dia-a-dia que sejam identificadas pela associação, pela melhoria de situações no terreno como e a quem devemos reportá-las e de que forma, seria proveitoso para a Junta este contato. -----

Depois em relação à última ata da Assembleia também aguardo ainda a receção, sei que vai ser hoje votada a sua aprovação, fico a aguardar, já pedi por email, vou entregar à Mesa a folha com as perguntas escritas para depois ter resposta escrita também. Obrigada. -----

---- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Seguidamente vou dar a palavra ao segundo inscrito, Sra. D. Hermenegilda Guimarães, moradora na Praceta de Cabinda, vem falar sobre o campo Desportivo da Praceta de Malange. Faça o favor. -----

---- Inteiro a Senhora D. Hermenegilda Guimarães para dizer o seguinte: -----

Muito obrigada Senhor Presidente. Boa noite à Mesa, ao Executivo da União das Freguesias e a todos os presentes. -----

Trago aqui um assunto que já vem do tempo do Dr. Campilho, foi fechado um parque desportivo descoberto, penso que ainda é uma das competências da Junta de Freguesia, após o Dr. Campilho abandonar a Junta falei com o Eng^o. Neno, para quando aquele parque reabria, o mesmo disse-me que o piso tinha que ser um piso

novo, já passaram estes meses, agradecia que o Executivo nos esclarecesse para quando é arranjado aquele parque. Muito obrigada. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Vamos dar a palavra ao terceiro inscrito que vem representar a Associação de Moradores de Nova Oeiras, o Senhor Alexandre Antunes. Faça o favor.

---- Interveio o Senhor Alexandre Antunes para dizer o seguinte: -----

Muito boa noite a todos. Venho por este meio agradecer à Junta e ao Vereador Ângelo Pereira, a aceitação do que a Associação de Moradores de Nova Oeiras e Quinta das Palmeiras, fez relativamente ao percurso do combus, vemos que essa proposta foi aceite e temos a certeza que os moradores ficarão bastante agradecidos. Muito obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. A última intervenção do público vem da parte do Senhor Gustavo Faria, cujo tópico é: diversos. Faça o favor. -----

---- Interveio o Senhor Gustavo Faria para dizer o seguinte: -----

Boa noite. Tenho algumas questões aqui a pôr relativamente a Caxias especificamente, a primeira tem a ver com a situação relativamente à classificação das praias de Caxias como praias balneares para 2019, assim como do bar que presumo que esteja fechado, não sei se terá que haver concurso público para nova gerência, gostaria de saber quando é que está prevista a abertura e qual é a situação. -----

Uma segunda questão tem a ver com a vila mártir de Caxias que é a vila mártir do concelho de Oeiras e gostava de saber, se da parte da Junta há alguma informação relativamente a umas coisas que nos passam por cima das cabeças dos cidadãos em Caxias, uma tem a ver com o vidro que já foi aqui falado e outra tem a ver com os cabos de alta tensão, parece que vão passar para abastecimento à cidade do futebol,

não sei se isto tecnicamente está correto ou não, mas gostaria de saber uma informação da Junta. -----

A terceira questão tem a ver com a Quinta Real de Caxias, como é do conhecimento público, acho eu, foram reconstruídas quase a totalidade ou a totalidade de peças escultóricas de Machado de Castro há uns anos, por aquilo que consegui ver, estão quase já em estado de deterioração, gostaria de saber se há alguma previsão da colocação daquelas peças escultóricas nos lugares devidos na Quinta Real de Caxias.

E por ultimo gostaria de me dirigir a todos os membros desta Assembleia e pedir a todos os deputados eleitos nesta Assembleia, todos os partidos políticos e movimentos que conseguissem trazer para o público que comparece, não é em massa mas deveria ser, assuntos que realmente importem às populações, por aquilo que tive oportunidade de ver, a convocatória para esta Assembleia, é feita praticamente para tratar de assuntos administrativos, todos nós que estamos aqui, não sabemos o que é que se passou antes, não sabemos o que se vai passar depois, são tarifários, são atas de Assembleias e pouco mais, assuntos que realmente tem a ver com o desenvolvimento das nossas terras, com o desenvolvimento do nosso concelho, nós aqui não conseguimos saber de nada, portanto eu deixaria este pedido a todos os deputados que se envolvessem nesta matéria, muito obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado, pelas intervenções. Findo esta fase de intervenção do público, vou dar a palavra à Presidente do Executivo no sentido de esclarecimento ou resposta às intervenções, recordo que segundo o regimento dispõe de cerca de três minutos por cada esclarecimento ou resposta, segundo o nº. 7 do artº. 23º. Muito obrigado. Senhora Presidente faça o favor. -----

---- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Muito obrigada Senhor Presidente, boa noite Senhor Presidente da Mesa e Mesa, aos membros da Assembleia de Freguesia e boa noite também ao público que quis participar nesta Assembleia de Freguesia. -----

Começaria por referir por ordem de intervenções, a da D. Mónica Albuquerque, de facto chegou à União de Freguesias informação da criação da Associação Cidadãos de Caxias, nós agradecemos a informação que nos deram e o devido registo, de todo o modo, quero-lhe referir que a disponibilidade que manifestou aqui na Assembleia para colaborar com a Junta, obviamente que a Junta também tem toda a disponibilidade para colaborar com todas as Associações, sejam de moradores, sejam com outros fins, portanto estamos disponíveis e digo-lhe sinceramente que enquanto Presidente da Junta, estava à espera que nos pedissem uma reunião, portanto, penso que a seguir à Pascoa são capazes de o fazer, nós estamos disponíveis. -----

Relativamente a novidades sobre a via longitudinal sul, tive oportunidade de perguntar ao Senhor Presidente há cerca de duas semanas, se já havia evolução. Obviamente, também é um assunto que nós gostaríamos de acompanhar e ter informação tempestiva, sobre a evolução deste estudo ou deste projeto, parece-me que ainda não há projeto e aquilo que me foi transmitido pelo Senhor Presidente, é que por enquanto, ainda não estava em condições de ser apresentado nem à Junta, nem aos moradores com quem ele se comprometeu a dar informação. -----

Relativamente à outra questão que coloca do Centro Cultural da Pedreira Italiana, já marquei duas reuniões com a direção do centro e as duas vezes não apareceu a Presidente ou o Presidente da direção, ainda não percebi se é um Presidente, se é uma Presidente, apareceram duas pessoas ligadas, uma ao conselho fiscal e outra da Assembleia, não eram pessoas da direção e pedi às pessoas que estiveram comigo que gostaria de reunir com os representantes da Direção inclusivamente nós estamos

disponíveis de ir lá às instalações na Pedreira Italiana não nos importamos que seja às sete ou oito horas, à hora que tiverem disponível, mas continuamos num vazio. Quem gere o Centro Cultural, penso que há um protocolo da Câmara Municipal com a direção do Clube Recreativo da Pedreira Italiana e portanto, esse protocolo foi celebrado entre a Câmara e a instituição local. O único contato que tivemos, foi o ano passado no aniversário do Rancho Folclórico, a partir daí não tivemos mais nenhum contato, agora também recebi um convite para ir ao aniversário do Rancho Folclórico e continuo a insistir para ter uma reunião com a direção, mas não lhe sei responder, vou tentar averiguar junto da Câmara como é que é esta gestão e depois poderei dizer alguma coisa, se quiserem fazer uma reunião connosco na Junta, poderá ser que tenha mais informação. -----

Senhora D. Hermenegilda Guimarães, campo desportivo da Praceta de Malange, de facto a competência não é da Junta, nem a gestão dos polidesportivos, nem dos campos desportivos a descoberto não está delegada na Junta de Freguesia ou nas Uniões de Juntas, o que fazemos no âmbito da delegação de competências, são algumas reparações, fizemos em Caxias, fizemos outra em Oeiras, nesta Praceta de Malange não fizemos e temos alertado a Câmara para as deficiências nos pisos. A informação que obtivemos da Câmara Municipal não só dos serviços de desporto, mas também do departamento de obras, é que estão a estudar diversas hipóteses de piso, porque querem fazer uma intervenção global num conjunto de campos, porque não é só aquele que está muito deteriorado. A informação que tenho é que estão a estudar a tipologia do piso mais adequada à prática desportiva que ali se desenvolve. -----

Registo com agrado a intervenção do Alexandre Antunes, de facto foi-nos confirmada a aceitação de todas as sugestões para o combus, a informação menos agradável para os cidadãos e também para nós que estamos aqui com preocupações de serviço

publico, é que o procedimento para aquisição dos mini bus ainda continua a decorrer e ainda não chegou ao fim. A intenção da Câmara era que aqui em Oeiras o início do serviço se concretizasse no segundo trimestre, tenho quase a certeza que no segundo trimestre não começa, era ótimo que começasse antes da época estival, pelo menos para as pessoas irem às praias, mas sei que o procedimento ainda não está concluído e depois do procedimento estar concluído, tem de ser comunicada a adjudicação à empresa. Depois ainda vão fabricar os autocarros, porque como sabem hoje ninguém tem nada em stock, vamos ver se o combus aqui em Oeiras começa este ano, esperemos que sim. -----

Senhor Gustavo Faria falou aqui várias questões, uma delas é a classificação da praia de Caxias, como sabe não é às Juntas de Freguesia que compete a classificação dos areais da praia, há um conjunto de entidades que tem intervenção e habitualmente é por pedido da Câmara e tem que haver supervisão de várias entidades, quer ao nível ambiental, quer ao nível da administração central. -----

Relativamente à via longitudinal sul, quando o Senhor Presidente da Câmara nos transmitir alguma informação, penso que deve estar incluído esclarecimento sobre os cabos de alta tensão, desconheço completamente não tenho informação, a única informação que tenho, é que seria necessária a construção de novo posto de transformação para alimentar a cidade do futebol, o posto de transformação é um mini edifício que depois distribui a eletricidade, não são cabos de alta tensão, mas isso são questões técnicas não gosto de estar a opinar, é uma informação que podemos tentar recolher junto da Câmara e depois informar a Associação de Cidadãos. -----

Quinta Real de Caxias: as peças escultóricas como sabem estão a ser replicadas, ainda não está concluída a totalidade das peças de Machado de Castro, penso que a Câmara tem um estudo para dotar aquele jardim de condições de segurança, para que

as peças venham a estar novamente em exibição pública. Previsão de data, informação que podemos recolher. -----

Depois o Senhor faz um apelo para que os políticos tragam informações à população, os políticos trazem informações à população estão espelhadas nos documentos que vêm hoje aqui, à apreciação e nalguns casos à votação da Assembleia de Freguesia, a partir do mês de maio nós esperamos ter disponível o novo site da Junta, onde todos estes documentos após aprovação, estarão disponíveis para consulta e tem informação sobre a atividade da Freguesia. -----

Relativamente ao bar de Caxias, concessão ou não concessão, é uma decisão que ainda não foi tomada no Executivo, porque o ano passado chegaram quer à Junta, quer à Câmara, centenas de reclamações sobre o funcionamento daquele bar. Por outro lado, aquele edifício não tem qualquer condição de ser licenciado e portanto, é uma avaliação que nós estamos a fazer, mas tenho muitas dúvidas em concessionar um edifício que não tem condições para exercício de atividade de restauração e similares. Obviamente que se a concessão for feita, é em hasta pública à semelhança do ano passado, mas, ainda não tomámos uma decisão. -----

---- Intveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Não havendo outros assuntos, a Mesa dá por finalizado o período dedicado ao público e, antes de dar início ao PAOD, vamos ler algum expediente que nos chegou à Mesa. -----

Em primeiro lugar dar-vos informações, relativamente a alguns mails trocados de resposta entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, nomeadamente no que diz respeito, à reformulação do pavimento da Rua Costa Pinto em Paço de Arcos, a Câmara Municipal diz o seguinte: -----

”No seguimento do V/ ofício com o registo 74/EXE/2019 - Iluminação pública no Parque de Estacionamento da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, incumbe-me a Dr.ª Ana Rita Cordeiro, Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio às Freguesias de transmitir a informação prestada pelo Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana que seguidamente transcrevo:

Informa-se que foi reabilitado pela edilidade o troço da Rua Costa Pinto entre o Palácio dos Arcos e Casa Dany em 2016 (Fase A e B), estando agora prevista a execução do troço da Fase C entre a Casa Dany e o nº 121, ao qual se julga referente a queixa relativamente ao mau estado do pavimento. A execução deste troço está dependente da realização de três grande obras particulares (Casa Dany, Casa dos Cacetes e Rest. Santo António) à qual se seguirá a intervenção neste troço da Rua Costa Pinto. ”

Esta é uma resposta ao ofício nº.77/EXE/2019. -----

Depois temos a resposta à Presidente do Executivo por parte da VIMECA, relativamente à Carreira 116 que diz o seguinte:

“ Acusamos a recepção do vosso ofício, v/ refª. 000073 EXE/20019 de 29 de janeiro, cujo conteúdo mereceu a nossa melhor atenção.

Reportando-nos ao teor do mesmo, começamos por esclarecer que não é possível a nenhuma rede de transportes assegurar ligações diretas entre todas as origens e destinos. Dessa forma, a mobilidade alcança-se através da complementaridade de meios e modos de transporte.

Esclarecemos que a ligação entre o Bairro Joaquim Matias e o Centro de Saúde de Paço de Arcos / Oeiras Parque encontra-se estabelecida a partir de Paço de Arcos (Rua Conde Alcáçovas) através da nossa carreira 111 (Paço de Arcos estação - Oeiras estação).

Informamos ainda que a carreira 116, tem uma oferta de 27 circulações diárias, realizadas aos dias úteis, entre as 6:25 e as 21:15, com intervalo entre circulações de 30 minutos nas horas de ponta, e de 40 minutos no resto do dia.

Quanto à carreira 111, esta tem uma oferta diária de 99 circulações, realizadas aos dias úteis, entre as 6:25 e as 24:40, com um intervalo entre circulações de 20 minutos.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os nossos melhores cumprimentos”.

Por fim, uma resposta relativamente à iluminação pública no parque de estacionamento da Santa Casa da Misericórdia.

“- No presente trimestre irá ter início a obra de implementação de um novo acesso automóvel ao parque de estacionamento através da Rua Cândido dos Reis, nomeadamente entre a Apapol e o Minipreço, sendo o prazo de execução de 60 dias;

- O projeto de requalificação dos acessos pedonais e reforço de iluminação pública encontram-se na fase de revisão, sendo prevista a execução no primeiro semestre do presente ano.”

Com os melhores cumprimentos.

Gabinete de Apoio às Freguesias”

Seguidamente e ainda antes de dar início ao PAOD, a Mesa recebeu várias Propostas, Moções e temos um voto também. Vou desde já começar a ler a proposta que foi entregue pelo grupo do PS que passo a ler: -----

“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – ANEXO UM

Pela transmissão online das reuniões de Câmara Municipal e das Assembleias de Freguesia.

Seguindo a boa prática adotada em muitos municípios do país ao longo dos últimos anos, a Assembleia Municipal de Oeiras, no último mês, iniciou a transmissão online das suas sessões.

Esta decisão veio permitir que todas e todos os munícipes pudessem finalmente acompanhar, à distância de um "click", no seu telemóvel, no seu tablet ou no seu computador, em direto ou em qualquer momento do dia, os trabalhos do referido órgão autárquico.

A adesão dos munícipes, já verificada pelo número de visualizações, demonstra que esta é uma opção plenamente justificada que confere mais transparência e a valorização do papel dos autarcas nos processos de decisão e no debate dos temas que dizem respeito à vida das pessoas e do concelho.

Neste sentido, para que Oeiras se coloque na dianteira da utilização virtuosa das novas tecnologias ao serviço da cidadania e da transparência, a Câmara Municipal de Oeiras deve empenhar-se no alargamento deste modelo de transmissão a outros espaços de intervenção democrática, igualmente relevantes na vida local e das comunidades, investindo os meios necessários.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia da União de Oeiras, S. Julião da Barra, Paço D'Arcos e Caxias, recomende à Câmara Municipal de Oeiras que decida e invista os meios adequados, com a celeridade possível:

- (i) À transmissão online das sessões públicas da Câmara Municipal;*
- (ii) Em articulação e através de apoio técnico e/ou financeiro às Juntas de Freguesia, para a transmissão online das Assembleias de Freguesia.*

Oeiras, 12 de abril de 2019

*Bancada do Partido Socialista na AF da União de Freguesias de Oeiras e São Julião,
Paço de Arcos e Caxias*

José Carlos de Oliveira

Maria Fátima Filipe” .

Desde já vou colocar à votação a admissibilidade desta Proposta de Recomendação. --

A Proposta foi admitida para discussão com treze votos a favor. -----

Está aberta a discussão neste momento. -----

---- Inteiro o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: -----

Boa noite Senhor Presidente, boa noite à Mesa, Senhora Presidente e restantes membros do Executivo, estimados colegas, público presente. -----

Nós subscrevemos esta proposta, embora ela contenha algumas incorrecções, creio que seria bom substituir aqui algumas questões, na Assembleia Municipal creio que, e não estarei a faltar à verdade por muito, isto terá sido introduzido em outubro e não no mês passado, de qualquer das formas parece-nos muito bem, nós fomos e temos orgulho nisso, em termos impulsionado o debate na Assembleia Municipal para que isso pudesse ocorrer e somos o mais favoráveis possíveis, a que estas propostas que visem essencialmente que quem está em casa não tenha que se deslocar aqui, o escrutínio onde estiver possa fazê-lo a todos os seus eleitos. A única questão que temos a fazer, é este reparo relativamente ao mês, mas certamente terá havido aqui um lapso e nada mais do que isso. Muito obrigado. -----

---- Inteiro o Senhor João Freire do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Muito boa noite a todos. Tendo em conta o que já entendi, só fico aqui com uma pequena dúvida que tem a ver, com a proteção de dados e fico um pouco renitente na aprovação, tendo em conta que não sei qual será o conteúdo das filmagens, como é que será feito, como é que se vai proceder, daí a minha questão. Obrigado. -----

---- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Faz favor Senhor José Carlos Oliveira do PS. -----

---- Inteiro o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Claro que o primeiro reparo do nosso colega de bancada, tem toda a razão de ser, há um erro, essa retificação deve ser feita, agradeço a maioria ter subscrito admissão à discussão. Por outro lado gostava de dizer que relativamente à proteção de dados, é uma cautela a ter, naturalmente, mas o que é facto é que por exemplo a Assembleia da República, está a ser transmitida no canal do Parlamento, inclusivamente a discussão de várias comissões é transmitida, enfim depois há outros assuntos que não são, mas o que é facto, é que não vejo porque não, embora tudo isto esteja contemplado no quadro legal, respeitado o quadro legal, eu defenderia mais uma vez ou tentaria sensibilizar mais uma vez, todos os colegas que aqui estão e esta Assembleia para que fosse possível aprovar esta proposta, no sentido de termos mais exposição junto dos cidadãos e por essa via, não só perceberem que estamos a trabalhar com o nosso melhor interesse de todos os cidadãos, como inclusivamente, serem motivados através do conhecimento que tem dos assuntos, a uma maior participação e contribuição sobre os problemas que têm. -----

Depois há outra questão, a Assembleia Municipal já é transmitida online e não se levantou nenhum problema relativamente a isso, embora como digo depende do quadro legal, é questão de nos debruçarmos sobre isso. Muito obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Boa noite Senhor Presidente, Senhora Presidente, Executivo, todos colegas de bancada e público em geral. -----

Acho que é uma boa ideia, se calhar era bom para toda a gente, mas esta questão da proteção de dados é uma questão particular e o princípio geral, diz logo o seguinte “ *O uso da informática deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva de vida privada e familiar, pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão*”, pergunto se, eu em determinada Assembleia que fui assistir por

casualidade, não poderei penalizar de certa forma a Câmara ou quem de direito por algum erro, por outro lado, na minha vida profissional fui obrigado por lei a colocar uma gravação, a dizer que a chamada era gravada que os seus dados iriam ficar armazenados e é uma imposição legal, portanto eu pergunto até que ponto a proteção de dados, irá permitir isto ou não, daí a renitência em aprovar esta proposta que de certa forma até estou de acordo com ela. -----

---- Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ----

Boa noite Senhor Presidente, membros da Mesa, Senhora Presidente do Executivo, Executivo, colegas de Assembleia. -----

Relativamente a este assunto, porque isto já foi abordado na nossa ultima Assembleia, precisamente porque já existia o sistema da Câmara e o Senhor Presidente disse que iria perceber como é que funcionava, era interessante saber se conseguiu obter alguma informação ou não que possa desbloquear esta situação. A proteção de dados, sendo esta uma reunião pública, em que quem vem sabe que é pública, o simples é mandar um requerimento à entidade da proteção de dados e perceber como é que se pode fazer, qual requerimento, que declaração de consentimento é que os fregueses têm de fazer, em último caso se não quiserem ser filmados, temos que ter uma opção, em nós eleitos essa situação não se coloca e o público poder pronunciar-se sem estar a ser filmado. Obrigado. -----

---- Interveio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos, especialmente ao público que nos veio acompanhar nos nossos trabalhos, eu corroboro com todas as informações que demos, especialmente com o meu colega, porque realmente isto é um assunto que já tinha sido discutido aqui, penso que em relação à proteção de dados, tão fácil será como perguntar à Assembleia Municipal como é que eles fazem, visto que a Assembleia Municipal faz semanalmente

a sua transmissão, com certeza que terão feito as diligências necessárias à proteção de dados, penso que não há questão relativamente a isso. -----

--- Inteiro a Senhora Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos. Quase que dispensava depois da intervenção da minha colega Joana Santa Marta, porque é exatamente a questão que ela colocou, já existe a Assembleia Municipal esse assunto já deve ter sido dirimido, faz-me um pouco espécie levantar uma questão que a própria Assembleia Municipal do município já pratica, era uma questão de perguntar como é que eles resolveram esse problema. Muito obrigada.

--- Inteiro o Senhor João Freire do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Aqui a minha questão não se prende propriamente connosco, é pela parte do público e pelo que já percebi toda a gente tem certezas, mas também existem dúvidas em toda esta ala, a minha dúvida é, é possível? Se calhar podemos fazer a pergunta. -----

--- Inteiro o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Só para recordar uma coisa, a maior das preocupações com a proteção de dados, não tenham duvida, nós partilhamos dessa preocupação, há é no entanto uma questão, isto é uma sessão pública, tanto o publico como nós temos de assumir as nossas responsabilidades, não há dados a serem sonegados ou não, ou a serem expostos contra a nossa vontade ou não, mas sou solidário com essas preocupações, recordo que isto é uma sessão pública. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Relembro que ninguém foge aqui à sua responsabilidade nesta Assembleia e não é por serem filmados ou não serem filmados que manterão ou não a sua responsabilidade. --

Em segundo lugar, o nosso dever aqui, para além de estarmos publicamente a prestar um serviço aos cidadãos, é ter também zelo pelo que diz a lei quanto aos cidadãos, portanto a Mesa vai-se informar com quem de direito, acima de tudo pelo artº. 79 do

Código Civil do direito à imagem, porque de facto quem está desse lado tem direito à sua privacidade, o cidadão pode não querer que os outros saibam que esteve aqui e tem direito a isso. -----

Quanto aos espaços públicos, embora eu não tenha essa noção (não vou falar sem conhecimento) mas o espaço público está também subjugado à lei, no que diz respeito à proteção de dados, é preciso alguma cautela com isto. -----

Posto isto e porque não há mais intervenções vamos colocar esta proposta de recomendação à votação. -----

A Proposta de Recomendação do Partido Socialista foi chumbada com dez votos a favor, dez votos contra, com o voto de qualidade do Presidente da Mesa. -----

Passamos à segunda proposta que chegou à Mesa da CDU. -----

“MOÇÃO – ANEXO DOIS

Sobre as Freguesias extintas no Concelho de Oeiras

1. A Assembleia Municipal de Oeiras aprovou na sua sessão extraordinária de 9 de Outubro de 2012, com os votos contra do CDS e PSD, manter todas as freguesias do concelho.

2. A Assembleia da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias reunida a 27 de Novembro de 2013, aprovou — também, apenas com os votos contra do PSD e do CDS - a proposta da CDU, onde se deliberou:

a) Reafirmar a sua oposição à liquidação de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e afirmar que as mesmas deveriam ser repostas, por aquilo que representam para as populações, com reforço das suas competências e meios financeiros;

b) Afirmar que, até à reposição das Freguesias referidas, se deveria garantir a preservação da identidade de cada freguesia, a manutenção das respetivas

instalações, o funcionamento, o atendimento e o respetivo quadro de pessoal, assegurando o serviço público de proximidade que prestam e o espaço que representam para a participação democrática das suas populações;

c) Exortar a ANAFRE e as suas estruturas distritais, a assumirem uma posição ativa em defesa das Freguesias, e de exigência da sua reposição;

d) Manifestar aos Grupos Parlamentares a sua profunda discordância com a lei que extinguiu as freguesias, por contribuir para a destruição da identidade das diversas comunidades, e exigir que se adotem as medidas legislativas necessárias à devolução das freguesias às populações.

3. Passados sete anos sobre aquela deliberação, é hoje clara a impossibilidade de gerir, em proximidade, esta união de freguesias, tendo total cabimento as manifestações, várias vezes repetidas e até consensuais na generalidade da imprensa, que a "a lei foi cega", que a União é dificilmente governável e que "Oeiras tinha uma identidade, Paço de Arcos outra e Caxias outra".

Nesta conformidade, a Assembleia da UFOPAC, na sua Assembleia de 17/04/2019, delibera:

Que a Assembleia da República faça aprovar a adequada lei que determine a reposição das freguesias extintas pela lei Relvas.

CDU — Coligação Democrática Unitária

António do Espírito Santo".

---- Interveio o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente, não sei quando entrou essa proposta, não tenho conhecimento dessa proposta, pessoalmente e em nome do CDS não vou discutir uma proposta, sem sequer conhecer o conteúdo, não me leve a mal, não está em questão a sua dicção na leitura, agora é manifestamente impossível discutir-se algo desta maneira, eu pelo

menos não sei se aconteceu com outros, a mim não me chegou rigorosamente nada.
Muito obrigado. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Antes de dar o direito à resposta, queria exatamente focar este aspeto que me parece pertinente, peço sempre que estas moções sejam entregues atempadamente à Mesa, para que a Mesa possa atempadamente fazer chegar a todos os elementos, para que haja alguma capacidade de resposta, de leitura e digestão de tudo isto. -----

Senhor Espírito Santo responda, faça o favor de ser sucinto. -----

--- Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Tomei devida nota da sua recomendação e antes de mais boa noite a todos, ao Executivo, à Mesa e ao Senhor Presidente e ao público aqui presente. -----

Tomei de boa nota como disse e nas próximas situações similares, vou apresentar atempadamente essas moções, no entanto, neste caso, nós apresentamos essa moção porque este assunto está por demais discutido nesta Assembleia, inclusive aprovado desde 2012 nesta Assembleia, portanto não é nenhuma novidade que as Juntas de Freguesia, são poderes de proximidade que as comunidades locais tem características diferenciadas, que é difícil à União de Freguesias conseguir verificar que por exemplo, à minha porta tem lá um buraco a iniciar-se na calçada com as chuvas, dificilmente a Senhora Presidente fará isso, muito facilmente o antigo Presidente da Junta de Paço de Arcos chegaria lá, não me parece que haja razão para não se votar essa moção por desconhecimento do assunto que ela trata. Muito obrigado. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Vamos fazer o seguinte, para não estar desde já a chumbar duas entradas de moções, porque tinha já aqui outra também entregue pela CDU, vou propor o seguinte, o Senhor vai entregar esta moção na próxima Assembleia e votaremos, atempadamente para

que toda a gente tenha tempo para a ler, a segunda e porque tem a ver com aspeto temporal vou propor a que seja discutida nesta Assembleia, porque o 25 de Abril está perto e tem de facto a ver com isto, vou ler está aberta a discussão logo a seguir, se por acaso acharem que não valha a pena, façam o favor dizer. -----

“MOÇÃO – ANEXO TRÊS

Por ocasião do 45º aniversário da Revolução de Abril A data de 25 Abril constitui um dos marcos mais marcantes da história de Portugal, com características como nunca antes acontecera na história milenar do nosso país. O levantamento militar que tinha o nobre objetivo de devolver a liberdade ao povo português e instituir um regime democrático, proporcionou ao movimento popular a luta por objetivos mais amplos, inerentes à liberdade, que o cantor Sérgio Godinho muito bem identificou na cantiga "só há liberdade a sério, quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação" e, mais, "quando pertencer ao povo o que o povo produzir". E foi com estas consignas que o povo saiu às ruas no período pós 25 de Abril, transformando um levantamento militar, num forte movimento popular, porque, como também dizia a cantiga, "a sede de uma espera só se estanca na torrente" - uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (EMFA), logo seguido de grande adesão popular, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Hoje, o povo português, apesar dos desenvolvimentos positivos no respeitante a alguma melhoria das condições de vida, com os avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais

ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e do povo.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista consagrada na Constituição da República — também ela uma conquista de Abril - onde estão expressos os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia da UFOPAC, reunida a 17 de Abril de 2019, delibera:

- 1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que, verdadeiramente, sirva Portugal e o povo português.*
- 2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.*

CDU — Coligação Democrática Unitária

António do Espírito Santo”

Proponho que seja votada admissibilidade para discussão. -----

A Proposta foi admitida para discussão por unanimidade. -----

---- Interveio o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente, muito rapidamente é só para repetir o que disse no ponto anterior, não me sinto confortável em aprovar, nem a rejeitar, nem abster-me uma proposta cujo conteúdo é quase desconhecido, a moção em si não vale só pelo seu título, só pelo que quer representar, tem muito que ver com a substancia do que contem, nada contra o 25 de abril, bem pelo contrário, é muito redutor estarmos aqui a discutir uma proposta, percebo que o colega da CDU tenha havido alguma falha no envio, percebo isso tudo, agora confesso que não me sinto confortável nem para votar favoravelmente, nem contra, nem para me abster numa situação destas, voltamos exatamente ao mesmo da proposta anterior. Obrigada. -----

---- Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ----

Vou reforçar aqui o que o colega do CDS disse, isto são textos com cargas ideológicas que vão para além da data e do evento em si e sem ler com calma, não me sinto confortável a estar aprovar uma moção ideológica, não estamos a falar do 25 de Abril, estamos a falar de uma moção ideológica. -----

---- Interveio o Senhor António Espirito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Quero salientar que o 25 de abril tem uma carga ideológica só por si, porque alterou radicalmente o funcionamento da sociedade portuguesa, aliás o tema da exposição que está a ser feita sobre o 25 de abril na Câmara diz exatamente isso, “*mudámos um País e ele mudou-nos com ele*”, tem carga ideológica necessariamente, tudo na sociedade

tem carga ideológica, haver um movimento contra as cargas ideológicas nas cabeças das pessoas que existe, as pessoas tem cabeça para pensar e tem ideologia. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Para que não haja mais azo a qualquer tipo de más interpretações ou de alguma irregularidade, proponho o seguinte: Dado que entregou à Mesa estas propostas e as moções exatamente em cima da hora e, de facto, ninguém teve acesso às mesmas, (a não ser nós agora e em cima da hora também), vou pedir-lhe que retire da Mesa as duas moções e a proposta e em devido tempo, antes da próxima Assembleia, faça chegar a todos os elementos desta Assembleia estes documentos, certo? -----

---- Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Portanto, retiro as duas moções porque a recomendação, é uma recomendação ao Executivo da Junta, não faz sentido. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Mas a recomendação também não chegou a tempo para ninguém ler, ou seja, é uma recomendação que não chega atempadamente para que ninguém tenha noção do que está a ser proposto. -----

---- Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Retiro as três e apresento na próxima Assembleia, só que essa do 25 de Abril perde a oportunidade. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Exato, era isso que eu estava a dizer, sinto muito. -----

---- Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Agradeço que fique em ata. -----

---- Interveio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Ainda sobre este assunto e para que fique esclarecido, a ideologia do 25 de abril não tem nada a ver com o que está plasmado na moção, mas que fique bem claro que nenhum de nós disse nada contra o 25 de abril, pelo contrário sou uma grande defensora do 25 de abril, sempre fui, o meu pai fez parte do MFA, estarei com certeza por dentro do assunto, mas realmente o que nós estávamos a pôr em causa era a ideologia que está expressa na moção. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Entendido. Obrigado. Tenho só mais uma coisa a dizer, por favor este tipo de moções, este tipo de documentos são atempadamente entregues, é para isso que existe uma reunião de líderes, era aí que devia ter entregue. -----

--- Inteiro o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Peço desculpa e vou respeitar esse tempo. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Assim sendo vou passar ao último que é um voto da Mesa que atempadamente receberam e que foi apresentado na conferência de líderes. -----

“VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE COM O POVO DE MOÇAMBIQUE – ANEXO QUATRO

Considerando:

As terríveis notícias que nos têm chegado de Moçambique, ilustradas por imagens que acentuam o dramatismo da catástrofe que atingiu o centro do país, naquela maravilhosa terra do Índico, com destaque para as regiões da foz dos rios Pungue e Búzi, de que a cidade da Beira é a mais significativa referência, tornaram evidentes os funestos efeitos das alterações climáticas que muitos continuam, ainda, a desvalorizar. A destruição de infraestruturas estratégicas, de bens materiais e, sobretudo, a perda de tantas vidas humanas enchem o nosso coração de tristeza e dor. Dor especialmente

agravada, pelo facto de atingir especialmente quem, já antes, se encontrava numa situação de profunda fragilidade. Gente que, se pouco tinha, com nada ficou.

São os mais débeis quem mais sofre naquele imenso mar de lama e de muito desespero. São as crianças, as mulheres, sobretudo as grávidas, e os idosos, os que menos capacidade tem para resistir a este infortúnio.

A Assembleia de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias não poderia ficar indiferente a esta tragédia que de forma tão calamitosa atingiu aquele país irmão.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias reunida em Plenário no dia 17 de Abril de 2019 manifesta o seu mais profundo pesar, amizade e solidariedade a toda a população de Moçambique e apoia entusiasticamente todas as iniciativas que a Junta de Freguesia leve a efeito, tanto individualmente, como em colaboração com outras entidades, para mitigar a dor provocada por esta calamidade.

Este Voto de Pesar e Solidariedade deve ser objeto de divulgação junto de Sua Excelência a Embaixadora da República de Moçambique em Lisboa, bem como no website da UFOPAC.

Oeiras, 17 de Abril de 2019.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Dr. Sérgio Tavares dos Santos

Os Grupos políticos com assento na Assembleia de Freguesia”

Coloco à Votação o Voto de Pesar. -----

O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. -----

Assim sendo e antes de entrarmos no PAOD, seis minutos para que V.Exas. possam saber o que se tem passado na Comissão Municipal de Saude, esta Assembleia tem

de saber o que se passa lá, pelo que a digníssima representante desta Assembleia nessa comissão, dispõe neste momento de seis minutos para ser sucinta e dar uma ideia do que se passa. -----

--- Interveio a Senhora Ana Rita Amaro do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Obrigada Senhor Presidente. Senhora Presidente, Senhor Presidente, Executivo presente, Senhores Secretários, colegas de bancada, estimado público, as minhas cordiais saudações. -----

A Comissão reuniu no passado dia 8 de março, uma reunião presidida pela Senhora Vereadora Teresa Bacelar em que foi aprovada por unanimidade a ata anterior do passado dia 27 de novembro de 2018, foram dados os seguintes esclarecimentos:

- O Programa Férias em saúde realizou a sua trigésima primeira edição, mais uma vez com a parceria do ACES Oeiras, contemplando a participação de seniores na situação de isolamento, portadores de doença crónica, foram abrangidas 28 pessoas durante cinco dias do Programa de Férias em Saúde. Relembramos que este programa vai ser alargado por mais um período neste próximo ano no decorrer de Junho e outro no mês de dezembro. -----

- Realizou-se ainda o Festival de Oeiras CativArte, organizado este ano pelo Centro Nuno Belmar da Costa, com a participação da Associação da Paralisia Cerebral de Lisboa, o festival contou com a apresentação de espetáculos e a realização de atividades artísticas e culturais, visando sensibilizar a comunidade para a questão da deficiência e valorizar as produções artísticas destes utentes -----

- Foi realizado também o dia internacional da deficiência com o objetivo de aumentar a consciencialização para esta mesma problemática. -----

Ainda também no âmbito dos esclarecimentos, no âmbito do projeto municipal, médico em casa que foi implementado no decorrer do último trimestre de 2018, para munícipes

com 65 anos ou mais que sejam portadores do cartão para comparticipação de medicamentos e já conta neste momento com mil e novecentos munícipes inscritos. ----

De salientar também que no passado dia 6 de abril, comemorou-se o dia do município saudável na Marina de Oeiras em que participaram vinte e duas entidades parceiras, nomeadamente, seis unidades móveis onde a população que aderiu, pôde fazer rastreios e também obter informações, tivemos cerca de setecentos rastreios feitos. ----

Ainda também neste âmbito foi dado o seguinte esclarecimento pela Senhora Vereadora, no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais e pela complexidade deste mesmo diploma, existe um grupo de trabalho a debruçar-se sobre este tema que ainda não terminou, este trabalho que a seu tempo faremos chegar os devidos esclarecimentos. -----

Terminámos a nossa reunião com a apresentação de um projeto sobre os afetos, no âmbito da comemoração do dia mundial dos afetos com a participação do ACES Lisboa Ocidental Oeiras, abordou-se a importância do papel dos serviços de saúde das nossas escolas, bem como a importância de implementar políticas saudáveis nas escolas, este projeto acredita que a escola dos afetos favorece o crescimento saudável, pois os afetos são observados segundo este projeto, como reguladores de uma boa saúde mental. -----

Senhor Presidente estou disponível para algum esclarecimento, no caso de assim entender. Muito obrigada. -----

---- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Habitualmente não dou espaço para discussão nesta situação, mas faça. Favor muito rápido. -----

---- Inteiro o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ----

Só uma nota, à semelhança das moções, este relatório seria mais produtivo para todos nós, se pudesse vir por escrito, poderíamos analisar e era apenas destacado aqui pela Senhora deputada, destacava o importante, mas nós conseguiríamos ler com mais calma, é uma sugestão se me permite. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

É uma sugestão perfeitamente saudável e lógica, proponho o seguinte: há diferenças entre a moção, que tem algum caráter político, e esta informação. Portanto continua a fazer exatamente como tem feito, seis minutos (ou o que for deliberado pela Mesa), sem direito a discussão, e seguidamente ou antes, como quiser, fará um pequeno e breve relatório/ texto que será enviado a todas as forças políticas. -----

O tempo já vai bem alargado, vamos entrar no PAOD que espero que seja relativamente sucinto, relembro que temos sessenta minutos regulamentares, peço-vos que quando der o OK, levantem o braço para falar até um de nós dizer está visto, não quero que falhe ninguém, muito obrigado. Queiram por favor inscrever-se para intervenção. Senhor José Carlos Oliveira do PS por favor. -----

--- Inteiro o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Acabámos de assistir aqui, a uma coisa que reforça a minha intervenção relativamente a um dos assuntos: é que na realidade, como um dos cidadãos aqui presentes, o Gustavo Faria, já disse, nós não temos Assembleias suficientes para discutir a maioria esmagadora dos assuntos, que tem a ver diretamente com o quotidiano dos cidadãos e não temos porque é o que a lei estabelece de três em três meses uma Assembleia, exceto quando se tem que fazer Assembleias extraordinárias, ora aquilo em que o PS insiste, não é nenhuma proposta formal, é uma tentativa de sensibilizar os colegas das outras bancadas, para que devem haver mais Assembleias, claro que no quadro da lei terão de ser extraordinárias, porque nós não conseguimos responder aqui assim, a

cinquenta e sete mil habitantes não conseguimos, são mais cinquenta e sete mil que se juntam aos outros e que vão bater à porta da Câmara, senão veja-se por exemplo, ainda por cima sem a delegação de competências que nós sempre defendemos, o que é que pode fazer a Junta, mesmo que o Executivo queira responder às questões que oportunamente levantei à Senhora Presidente, relativamente ao Murganhal e que tiveram o melhor acolhimento da Senhora Presidente, só que há um problema, como não há delegação de competências a Senhora Presidente não pode atuar, tem de pedir autorização à Câmara e passamos a vida nisto e portanto, na verdade isto é um simulacro de democracia, entendam bem as minhas palavras não no mau sentido, o Executivo pouco pode fazer, nós aqui só podemos fazer qualquer coisa de três em três meses e mesmo assim estamos sujeitos, ao que a lei estabelece e que nos leva a discutir e muito bem, as questões político-administrativas que tem que ser feito, mas não conseguimos responder aos problemas que aparecem quotidianamente dos cidadãos, porque não temos tempo para isso, e a lei obriga-nos a priorizar as outras questões político-administrativas, isto devia ser ampliado sem duvida nenhuma, mesmo no quadro legal que existe, é possível fazê-lo com Assembleias extraordinárias.

Relativamente às negociações que penso que estão curso, segundo me disseram dos contratos interadministrativos, nós Partido Socialista já tínhamos pedido para que nos pusessem a par do andamento das negociações, creio que todos os deputados aqui presentes, têm direito a saber qual o andamento das negociações e o que está em causa e até que ponto é que cada uma das partes, particularmente o Executivo da Câmara Municipal está disposto a ir, para nós e para os cidadãos até para podermos informar os cidadãos que nos questionam sobre essas questões, seria essencial estarmos a par do assunto. -----

A outra questão, nós gostaríamos de saber, o que se passa com a casa Igrejas Caeiro que para nós, sempre foi e continua a ser de extrema importância, nós não estamos por princípio, contra nada que se faça na casa Igrejas Caeiro, exceto se tiver um desvio óbvio brutal do legado de Igrejas Caeiro, que em testamento deixou explicito para que era a casa, ação cultural e intervenção social e deixou os meios para financiar o arranque dessas iniciativas, portanto nós gostaríamos de saber qual o ponto de situação da casa Igrejas Caeiro, não é um assunto da Junta como nós sabemos, mas com certeza, confiamos na Junta para pedir esclarecimento junto da Câmara Municipal e depois transmitir-nos. -----

Gostávamos de recordar duas coisas que foram aprovadas aqui na Assembleia, uma delas por unanimidade em co-autoria com todos os partidos e movimentos representados, a peça escultórica da celebração de libertação dos presos políticos em Caxias no dia 27 de Abril de 1974, foi uma iniciativa que na verdade é subscrita, e mais do que subscrita, tem origem em todos os partidos e movimentos representados nesta Assembleia, já lá vão uns anos, recordávamos, sabemos que o Presidente da Câmara em estrita colaboração com este Executivo, quer lançar agora o concurso para a peça escultórica, congratulamo-nos profundamente com isso e gostaríamos de ser informados, para podermos acompanhar o andamento deste processo. -----

Depois preocupa-nos por último o eixo de Paço de Arcos/ Caxias, pedimos na última Assembleia, bem sei que já lá vão três meses, que nos esclarecessem se de facto, existe projeto, tinham-nos dito na altura que não, quando é que vai existir? Quais as intenções? Porque tal como nos chega, não quero dizer que isto seja verdade, é um movimento e acho muito bem, a Associação recém-criada em Caxias, tal como isto nos chega, parece que há um esboço de um projeto que de qualquer maneira, não resolverá o problema que hoje existe, de afluxo invulgar de transito na localidade de

Caxias particularmente naquela zona, a parte sul do hospital prisão depois na subida toda e na rotunda do futebol, se hoje em dia já está como está, quando por via desta via nós descarregamos muitíssimo mais trânsito em Caxias, reparem que muito mais grave será o problema, porque na verdade, não se abre espaço para os carros fluírem para o auto-estrada, uma solução seria entrarem no auto-estrada noutra local e muitíssimo mais diretamente e não ali, escusávamos de ter Caxias, só a poluição, só a confusão, só a pressão automóvel, não uma solução para o problema. -----

A outra questão que já foi aqui aprovada, até já foi há mais tempo, ser atribuído um topónimo ao escultor Joaquim Correia, mas até hoje não aconteceu nada, continuamos sem isso e realmente quem não conheça, pesquise o curriculum, o historial, a biografia deste escultor, foi realmente um homem de extrema influência na área das artes e que sendo daqui e tendo vivido aqui, deveria ter da nossa parte uma homenagem com atribuição de topónimo ou uma peça escultórica que o recordasse. Muito Obrigado. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado, devo informar que excederam o tempo regulamentar, passo desde já a palavra para o Senhor Carlos Ricardo do PAN. -----

--- Inteiro o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos. Eu vinha colocar três questões, para já uma é mesmo questão, outra é pedido de informação. -----

Aqui há tempos comecei a verificar que os bebedouros que existem nos jardins ao longo da rua, todos fechados, um que existe no passeio Vitorino Nemésio em frente ao café Paris, que até tem cá em baixo uma coisa para os animais beberem água, bem foi uma confusão, a Junta disse que era com o SIMAS, o SIMAS disse que era com a Câmara, a Câmara depois voltou a dizer que era com o SIMAS, o que é facto, é que aquilo continuava fechado, finalmente lá consegui, porque se descobriu que esse

bebedouro estava ligado ao sistema de rega, o sistema de rega como durante o dia não executa, estão fechados, então lá fizeram uma ligação direta e aquilo começou a dar água, passado tempos fechou outra vez, lá fui eu outra vez ao SIMAS, lá puseram outra vez e agora estão fechados em vários pontos aqui do concelho, mas este a que me referi está fechado há bem um ano, a minha pergunta é, o que é que a Junta pode fazer para que proximamente esses chafariz passem a ter água, ali há muita criança a andar de bicicleta e a correr e muita gente a passear animais que podiam auferir daquilo. -----

Segundo, aqui em tempos pus o problema do estacionamento do passeio do Vitorino Nemésio, até hoje está tudo na mesma, as pessoas ainda não foram atropeladas porque quando forem atropeladas, de certeza absoluta que aí levantam as orelhas e emendam tudo, antes que isso aconteça, volto a alertar para o que se passa no estacionamento ao lado da Caixa Geral de Depósitos no passeio Vitorino Nemésio, os condutores não respeitam ninguém, estão-se marimbando, chegam a entrar, pela entrada que é passagem de peões, em vez de entrarem ao lado, aquela que está destinada à escola, é uma confusão, é uma falta de respeito e ainda por cima, são mal-educados quando se chama atenção. Volto alertar e a solicitar antes que aconteça alguma coisa grave. -----

Terceiro, é saber quais foram as démarches feitas pela Junta sobre a Recomendação que entreguei da colagem de anúncios nos candeeiros e etc., por este concelho fora. Obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Seguidamente dou a palavra ao Senhor Pedro Marques do IOMAF. ----

---- Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ----

Boa noite novamente. Tenho também aqui algumas questões. -----

Retomando a questão do combus, percebi que está numa fase intermédia avançada, esperemos que para rápido, a minha pergunta é se já estarão definidos os percursos, percebi que já estão definidos percursos para a Quinta do Marquês, Nova Oeiras e Palmeiras, se estarão para o resto da União e como é que foi esse processo, se também foi em consulta com as Associações de Moradores e de comerciantes locais ou não. -----

Segunda questão, em outubro de 2018 a União de Freguesias publicou no Facebook, relativamente a um programa da Câmara que é o médico em casa, que seria a União a receber os requerimentos dos fregueses, para filtrar e para ver se teriam acesso, gostaria de saber se o programa funcionou, como é que foi o seguimento, qual é o feedback, o numero de utentes que têm sido atendidos e em que casos. -----

A terceira questão aqui um bocadinho com uma provocação de brincadeira se me permitem, é se as reuniões publicas do Executivo estão assim tão cheias, que seja preciso fazer mais reuniões de assembleia, para discutir questões que são da competência do Executivo e não da Assembleia, as pessoas também têm de perceber que o publico tem duas reuniões por mês, em que se pode dirigir ao Executivo e que por isso, não necessita uma Assembleia de Freguesia para interpelar o Executivo, a não ser que sejam questões da competência da Assembleia e aí terá que ser, mas por norma, muitas das questões podem ser interpeladas diretamente ao Executivo duas vezes por mês, quando frequentava as reuniões do Executivo muitas vezes era o único, não sei como é que neste momento está, se alguém frequenta ou não. -----

Outra questão agora num tom mais sério, a greve de transporte de materiais perigosos, tirando todo o caos que se instalou ontem e hoje em Oeiras, será da competência da Câmara porque já tem a policia municipal a tratar, realmente Santo Amaro de Oeiras teve bloqueado, a minha preocupação vem com as instituições sociais que prestam

serviço e apoio domiciliário, se o Executivo está acompanhar a situação para garantir que não vai falhar refeições e apoio domiciliário a ninguém, alguma coisa que se precise que não vá falhar por falta de combustível nos carros das instituições, porque tem havido umas prioridades, sei que os próprios hospitais, o INEM estão com falta de combustível, mas também sabemos que há várias situações de isolamento em Oeiras, que se não receberem estas refeições por parte da assistência social, pode haver pessoas que ficam sem comer ou sem tratamento e acho que deve ser acompanhado, não sendo uma competência direta da Junta, deveria ser aqui o acompanhamento para garantir, caso aconteça seja encaminhado a quem de direito para que não falhe nada.--

---- Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Direito de resposta ao meu colega, relativamente à crítica que fez. -----

Nós somos 57 mil, se todos os dias eu e colegas meus somos confrontados na rua, não só com problemas que nos defrontamos, como com problemas que os cidadãos nos trazem e se os cidadãos não vão expor esses problemas ao Executivo, eles não deixam de existir por isso, os problemas existem, se nós fizermos o nosso trabalho que é estar com eles, falar com eles, saber o que se passa, os cidadãos abrem-se e dizem o que se passa e nós fazemos aquilo que nos compete, que é trazer aqui os problemas, só que repare, eu para falar desses problemas são um quinto do que eu teria obrigação de falar, já esgotei o tempo do Partido Socialista, impedindo inclusivamente a minha camarada de falar, roubei-lhe o tempo, ela não leva a mal mas enfim, fica um bocadinho triste e portanto, não é possível remeter como o meu colega disse, com a melhor das intenções com certeza, remeter para as duas sessões da Junta públicas, todos os problemas de todos os cidadãos, nós sabemos que isso não acontece, nunca aconteceu, é aqui nesta Assembleia que as coisas devem ser

discutidas, é para isso que nós fomos eleitos, não é só para político-administrativa.
Muito obrigado. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Sendo assim, vamos dar a palavra à CDU, Senhor António Espírito Santo. -----

--- Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Um dos assuntos que aqui trazia, já foi respondido que era a resposta da VIMECA, relativamente à carreira 116 do Bairro Joaquim Matias até à estação de Paço de Arcos, a resposta é de todo insatisfatória, foi a resposta que nos transmitiu logo que a CDU desencadeou o abaixo-assinado e apresentou à direção da VIMECA, convencida a CDU de que ia ter uma resposta fácil, porque o aumento da carreira são duzentos metros que vão potenciar o acesso ao Oeiras Parque da população do centro vila e do Bairro Joaquim Matias, aumentar a frequência da carreira potencialmente vai aumentar rentabilidade da carreira e o facto de haver, ligação da carreira 116 até à estação e a carreira 111 da estação até ao Oeiras Parque, passando pelo Centro de Saude que fica numa rua com uma inclinação bastante ingreme, difícil para quem já é idoso e doente e para além disso, a ligação da carreira 116 com a carreira 111 tem que se subir um conjunto enorme de escadas na estação, para passar da paragem da carreira 116 para a paragem da carreira 111, portanto essa resposta é de todo inaceitável, a este respeito só quero chamar a atenção para o seguinte, há um caso semelhante de uma paragem de um autocarro que a VIMECA não queria fazer na zona de Carnaxide, por pressão do Executivo da União de Freguesias de Queija/Carnaxide, a VIMECA cedeu e aceitou colocar a paragem que não queria colocar de forma nenhuma, de maneira que peço encarecidamente ao Executivo e à Senhora Presidente particularmente que,

continue a insistir junto da VIMECA no sentido de esclarecer que a resposta deles não é aceitável, sobretudo para a população mais idosa. -----

A segunda questão, é a construção do Centro Cultural José de Castro que já tem mais de vinte anos de história, teve projeto aprovado, teve local, teve dois milhões orçamentados, teve inúmeras coisas ao longo destes vinte anos, em 2017 o Senhor Presidente da Câmara anunciou publicamente em Paço de Arcos, numa sessão pública que as obras começariam em 2018 para ser inaugurado o Centro Cultural José de Castro este ano de 2019, as obras não começaram, o centro cultural não vai ser inaugurado em 2019 e ninguém sabe o que é que se passa com o Centro Cultural, deixo aqui o pedido também à Senhora Presidente para insistir junto da Câmara, tentar perguntar o que é que se passa com o Centro Cultural José de Castro? Se o projeto já está feito, se anda aí uns zuns, zuns, que dizem que o local que o Senhor Presidente destinou, é o antigo quartel dos bombeiros que também lá, vão ser instaladas outras valências, de maneira que o Centro Cultural vai ser transformado num vão de escada, pouco vai servir com certeza. -----

Outra questão que queria também relembrar, é a questão dos estacionamento junto às estações de comboio, sobretudo de Paço de Arcos e Caxias, porque Oeiras tem um estacionamento perto, é um problema para aquela população, porque não há hipótese de estacionar e depois é as multas em cima disso e mais, no bairro da Nova Morada está completamente apanhado o estacionamento por aquelas empresas que estão na estrada de Paço de Arcos, onde estão agora a construir um Centro Comercial, ainda por cima, quer dizer isto que não há sítios para estacionar, já foi feito um abaixo-assinado para se conseguir desbloquear esse problema e queríamos também, pedir a intervenção do Executivo da Junta. -----

Para terminar também pretendíamos que fosse equacionada a hipótese de uma zona de estacionamento gratuito no centro da vila de Paço de Arcos, que ia permitir a maior visita de visitantes para além de incentivar o comércio local, faço esse pedido à Senhora Presidente. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Passo a palavra à Senhora D. Joana Santa Marta do PSD. -----

---- Interveio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Eu queria perguntar à Senhora Presidente e ao Executivo, relativamente ao centro de congressos que está em construção na rotunda dos cavalos, queria saber o que é que se pensa fazer ali, se vão acabar a construção, se não vão. -----

E mais uma vez queria levantar a questão da Impresa, é fundamental resolver-se, conforme nós ouvimos agora os oeirenses são aqueles que tem direito a estacionamento estão a ser multados, quase diariamente porque deixam o seu carro, mal estacionado para ir para a estação, os outros senhores que vem cá trabalhar que são o usufrutuários da nossa terra, vem para cá estacionam o carro na via pública e passam impunes por isto tudo, isto é uma injustiça terrível para as pessoas que moram, trabalham e pagam os impostos em Oeiras, para além de tudo mais, a Impresa tem o parque de estacionamento pronto, eles próprios não querem parar o carro porque não querem dar a volta para ir a pé, penso que a Senhora Presidente deverá ter uma conversa talvez com a policia, porque é perfeitamente inacreditável os oeirenses estarem a ser constantemente multados, porque deixam o seu carro para ir trabalhar e as pessoas que não são de cá, darem-se ao luxo de deixar o carro na via publica e pronto, nós afastamo-nos para suas excelências terem o carro estacionado, porque querem parar o carro à porta do emprego. -----

Relativamente à Av. Sá Carneiro tenho alguma informação que está com problemas de iluminação, houve durante o mês de fevereiro uma proibição de estacionamento na faixa central e correram rumores que seria para a construção de uma ciclovia, pergunto se a Senhora Presidente do Executivo tem alguma informação sobre este assunto. -----

Ainda me assustou quando a Senhora Presidente diz que o Executivo ainda não decidiu relativamente à praia de Caxias e ao bar da praia de Caxias, peço por favor para terem muita atenção por causa das casas de banho, porque não é possível, se não houver concessão para além da dificuldade toda que há para as pessoas terem uma água fresca especialmente para darem às crianças, mas realmente o problema ali são os acessos das casas de banho, é fundamental porque se nós não tivermos acesso à casa de banho e se aquilo não tiver uma limpeza mínima, ao fim de dois dias ninguém passa no túnel, peço à Senhora Presidente para ter isso em consideração, porque para os Caxienses, isto é uma questão muito importante. -----

Outra questão que coloco, tenho tido várias chamadas de atenção para os fios eléctricos aéreos que estão a causar problemas e criam riscos de incêndio, gostaria de saber se há alguma hipótese junto da EDP de se fazer uma triagem de fios eléctricos que penso que garantidamente, setenta por cento dos fios eléctricos não tem utilidade nenhuma, a não ser um risco de incêndio que estão a causar com alguma queda de alguma árvore ou de algum tronco, penso que seria possível fazer alguma abordagem junto da EDP para a limpeza e a remoção desses fios que estão perfeitamente obsoletos. -----

Queria também congratular-me com a apresentação que nos fez do site novo da Junta de Freguesia, estamos muito satisfeitos com isso, tenho pena que o acervo das Juntas de Freguesia se tenha perdido, tenho pena e queria deixar esse lamento. Muito obrigada. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Mário Gomes do IN-OV, por favor. -----

---- **Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

O movimento IN-OV não queria deixar de se congratular pela Câmara Municipal de Oeiras, na pessoa do Senhor Presidente, Dr. Isaltino Morais de ter aderido ao novo sistema de passes sociais, esta posição por parte da edilidade demonstra a preocupação existente com os munícipes mais carenciados, respondem às nossas metas propostas do nosso mandato eleitoral tornando a mobilidade dos munícipes no seu dia-a-dia muito mais fácil. -----

Queria também de certa forma, a questão que o deputado da CDU falou do autocarro J. Pimenta, pergunto se o combus não irá resolver esse problema, se calhar o combus quando estiver a funcionar, resolverá esse problema portanto, mas a Dra. Madalena Castro poderá responder melhor do que eu. -----

Falou-se aqui no novo eixo que vai ser construído em Caxias, um dos problemas fundamentais do trânsito, pela minha experiência aqui em Oeiras é a auto-estrada, em metade dos quilómetros de auto-estrada que tem o concelho de Cascais, nós temos o dobro das entradas, as entradas para o auto-estrada tem uma faixa de aceleração muito pequena, por lei deviam ser duzentos e cinquenta metros, não chega a cinquenta metros, tem cem metros no máximo, creio que em Oeiras já está a ser feita o aumento dessa faixa de aceleração, se for assim nos outros acessos penso que o trânsito aqui em Oeiras melhorou um pouco, na marginal existe o problema dos semáforos de Caxias da passadeira que existe para a praia, essa passadeira de inverno causa problemas, agora está a chegar o Verão deve causar muito mais problemas, o que vai fazer com que dentro de Oeiras o trânsito se agrave, mas é uma sugestão, se calhar

pressionar a Brisa na questão de melhorar as faixas de aceleração do auto-estrada para tornarmos o trânsito melhor no nosso concelho. Muito obrigado. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Em relação ao pedido de inscrição do Senhor Carlos Ricardo, sinto muito mas o PAN excedeu o seu tempo. -----

--- Inteiro o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Eu queria o direito de resposta. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Relativamente a esta interpelação vou dar o direito de resposta à CDU, tem um minuto para responder ao Senhor Mário, seguidamente vai falar o Senhor Nuno Gusmão. -----

--- Inteiro o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Entendo que uma coisa é o Combus como serviço de transporte subsidiário para os fregueses e para os municípios de Oeiras, outra coisa é, os transportes públicos existentes com regularidade, sabendo as pessoas os horários certos a que passam e outra coisa é, sabermos quando vamos ter o combus, como a Senhora Presidente à bocado disse, se calhar nem este ano temos, ora, daqui até ao fim do ano há-de haver muitas pessoas que vão ter muita dificuldade de acesso ao Centro de Saúde e muitas pessoas que gostariam de ir fazer as compras ao Oeiras Parque, tudo isso vai continuar a ser difícilimo para os habitantes do centro vila e do Bairro Joaquim Matias. Muito Obrigado. -----

--- Inteiro o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado Senhor Presidente, venho colocar algumas questões, algumas delas já inclusive foram também à Assembleia Municipal, mas creio que é pertinente coloca-las aqui, começando por Oeiras, nomeadamente a Quinta das Palmeiras, temos uma rua que sofreu uma intervenção profunda com aquela rotunda oval e que na Rua Fernão

Lopes com a rua da Quinta das Palmeiras antes da Farmácia Sacoór, foi feita toda a intervenção e continua com o passeio desnivelado, é uma rua como devem calcular, pelo próprio bairro em si que tem muitas pessoas de idade e o acesso à farmácia, seria de todo conveniente regularizar o desnivelamento do passeio. -----

Paço de Arcos a Rua Joaquim Moreira Rato, creio que continua passado alguns meses e numa intervenção que foi feita por causa da construção que existiu junto à escola, continua sem passeios uma rua estreita, bem sei que provavelmente, não será competência da União de Freguesias, de todo o modo parece-me conveniente reforçar aqui que se possa reforçar junto da Câmara, o Dr. Isaltino Morais disse que ia ver, pelas informações que tenho até ao momento não foi nada visto, tanto este como no anterior Senhora Presidente. -----

Em Caxias, Bairro do Marchante, estive lá novamente recentemente, as condições em que se transita e que se vive no Bairro do Marchante, são verdadeiramente degradantes, bem sei que existe de alguns anos para cá um diferendo, os moradores parece que não se organizam bem numa associação, de forma a terem um único interlocutor, mas no nosso entender o poder político também serve exatamente para isto, ou seja, ir aos locais e se for esse o entendimento de ambos ajudar a que se possa regularizar a situação. -----

Na parte de trás da zona do Fórum que conflui com a Av. Eng^o. Álvaro Roquete, existe desde há muitos anos, um descampado que ora tem muitas ervas, muita vegetação, ora não tem nada e tem para lá umas hortas a seguir à bomba de gasolina, a minha questão tem que ver com o seguinte e confesso que não sei, se o terreno é privado se é do domínio publico, o que é certo, é que está ali construído uma escadaria e tem iluminação, a iluminação não sei se foi posta pelo construtor ou se foi feita pela Câmara

Municipal, mas que não vai dar a lado nenhum, gostava de perceber se não há algum plano de intervenção para aquela zona se não há, o que é que existe. Muito obrigado. -

---- Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ----

Só acrescentar um ponto, relativamente à crise energética como já foi classificado pelo governo, se a Senhora Presidente sabe se a Câmara tem algum plano de contingência relativamente à recolha do lixo? Como é que estão as reservas nos depósitos municipais? Sei que não estavam muito boas e em relação à VIMECA qual é a capacidade que têm de garantir os transportes públicos na União de Freguesias, tendo em conta o que se tem veiculado, só para estarmos todos prevenidos, se existe algum plano de contingência. Obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente é possível cederem-me trinta segundos? -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Dispõe de trinta segundos neste momento. -----

---- Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

É só para chamar a atenção na Rua da Estação Agronómica, é no final da Rua Pedro Nunes estão sete candeeiros na via pública apagados há quase um mês. -----

Segundo, se está previsto o Forte de S. Bruno, tenho lá ido por causa da exposição que lá estive e as pessoas fazem necessidades à porta, parece-me que a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos já tem pedido para montarem lá casas de banho, até agora nada. -----

Estes dois casos, a iluminação e instalação de casas de banho à porta do Forte de S. Bruno estão propostas por mim. Obrigada pela cedência do tempo. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigada. Não tem nada que agradecer dado que todas as forças políticas nesta Assembleia tiveram mais tempo do que o regulamentar. Vou dar a palavra à Senhora Presidente do Executivo. -----

--- Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Muito obrigada Senhor Presidente. Queria começar por fazer uma pequena introdução, referindo que a grande maioria das intervenções que foram feitas nesta Assembleia de Freguesia, são de exclusiva competência dos serviços municipais, isto é da Câmara Municipal. Por outro lado ainda, queria deixar uma nota que a Junta de Freguesia tem canal aberto através de emails para que todos os senhores que estão eleitos na Assembleia de Freguesia, nos possam contactar para em tempo útil para dar nota de todas as abordagens que recebem quer de cidadãos, quer de verificações que possam ver no espaço público e que nós procuraremos dar resposta com a maior celeridade possível. -----

Começaria agora, por dar aqui algumas notas relativamente às intervenções e pela ordem que foram feitas. -----

Partido Socialista José Carlos Oliveira, as Assembleias são as Assembleias que são justificáveis, quando for necessário, e devo dizer que as reuniões públicas da Junta de Freguesia, não têm praticamente ninguém, o máximo de público que tivemos foram duas ou três pessoas, não mais do que isso. -----

Relativamente ao contrato interadministrativo da delegação de competências, penso que já tinha dado a informação que o contrato interadministrativo está suspenso pela regulamentação da lei 50 de 2018. O que apurei junto da ANAFRE é que o governo já terá regulamentado a lei, mas de facto ainda não há promulgação e não havendo promulgação, não pode haver avanços à nova negociação, aliás à assinatura do contrato interadministrativo, porque a negociação está praticamente concluída mas

obviamente que não pode ser eficaz, não tem eficácia sem ser aprovado pelo Executivo e pela Assembleia de Freguesia, virá certamente à Assembleia de Freguesia, quando for caso disso, para aprovação. -----

A casa Igrejas Caeiro como sabe está concessionada à Fundação Marquês de Pombal, a última vez que lá fui ainda estava em obras, vou procurar saber informações junto da Câmara, mas desconheço o que é que se passa se as obras estão concluídas, se há intenções de tornar a casa numa unidade cultural ou hoteleira: Tenho informação que a fundação tem uma preocupação, é rentabilizar a utilização da casa para fazer face às despesas. -----

Relativamente à peça escultórica sobre os presos políticos, desconheço também é da responsabilidade da Câmara. -----

Eixo Paço de Arcos/ Caxias já dei a informação que a cidadã Mónica referiu, o Senhor Presidente da Câmara disponibilizou-se para dar informações quando houver evolução. A atribuição do topónimo Joaquim Correia como sabem, foi pedido já algum tempo à Câmara, se calhar não há novas ruas, não há novas estradas, ainda não foi atribuído que a Junta tenha conhecimento. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Carlos Ricardo do PAN, tanto quanto foi dado saber à Junta de Freguesia, os bebedouros em sítio público passaram para a responsabilidade dos SIMAS, Serviços Intermunicipalizados de Águas e Saneamento, é uma das situações que vou dar nota ao SIMAS para intervir. Se nos fizerem chegar estas situações através de email, é capaz de ser mais fácil e ser mais rápida a resolução. -----

Relativamente à situação irregular do passeio Vitorino Nemésio, devo dizer que já lá fiz duas visitas, uma com o Presidente da Câmara outra com técnicos da Câmara, para serem tomadas providências e sei que a associação de moradores de Nova Oeiras

também já fez uma visita ao local com o vereador do Pelouro, aquilo que nos foi transmitido é que iriam redefinir o acesso a toda aquela zona, até porque a invasão selvática que se fazem dos passeios põe em perigo as crianças que vão para a escola, contudo, os serviços do município não nos deram informação qual é a solução que vão adotar. -----

A questão da publicidade nos candeeiros também sei que está na Câmara. Penso que a Câmara não tem maneira de obstaculizar estas situações, são situações irregulares mas não há fiscais, nem policias que possam multar as pessoas que prevaricam. -----

---- Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Tem o tribunal. -----

---- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Desculpe, vai fazer uma ação em tribunal contra quem? -----

---- Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Estão lá os números de telefone. -----

---- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

A Junta de Freguesia não tem serviços jurídicos para isso, é uma insistência que sugiro que faça, sei que já fez junto da Vereadora do pelouro do Ambiente, aquilo que nós podemos fazer é a mesma insistência. -----

---- Interveio o Senhor Carlos Ricardo do PAN para dizer o seguinte: -----

Já fiz, os Vereadores não respondem. -----

---- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Relativamente à intervenção do Pedro Marques do IOMAF, os percursos do combus ainda não estão completamente fechados, mas o que nos tem sido transmitido pelo Vereador Ângelo Pereira, com o pelouro dos transportes, é que a circulação do combus servirá áreas comerciais, escolas, farmácias, centros de saúde e as delegações dos

Centro de Saude, bibliotecas, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, acessos às praias e as estações dos caminhos-de-ferro, portanto tudo isso será garantido. Já me foi apresentado o primeiro plano para a União de Freguesias, parece-me que responde às necessidades das pessoas, mas ainda não está completamente fechado, aquilo que posso também informar, e que nos foi transmitido, é que a utilização do combus, pelo menos até ao final de 2019 será gratuita e que depois deverá, isto sem certezas, ser incorporada no passe social, portanto o combus integrará a rede de transportes. -----

Este projeto da Câmara do Médico em Casa, não consigo dizer o número de casos, sei que os nossos serviços registam e encaminham para os serviços da Câmara imensas situações, posso-lhe trazer o número, não tenho de memória. -----

Relativamente à questão da contingência dos recursos de combustível, o problema grave começou hoje, sei que a Câmara Municipal priorizou os serviços de recolha porque a Câmara tem abastecimento próprio, isto é, os serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos foram priorizados vamos aguardar. Provavelmente até ao fim de semana o problema estará resolvido. Até porque esta situação paralisa o País a todos os níveis, inclusivamente põe em causa, quer hospitais, quer transportes públicos, quer abastecimento público, põe em causa tudo, portanto é uma situação que o governo ou os parceiros vão ter que resolver. Não conheço em pormenor os planos de contingência, aqueles que se aplicam a Oeiras, aplicam-se ao País. -----

Relativamente à intervenção da CDU, nós podemos insistir, mas não creio que a VIMECA vá alterar a sua posição, até porque como sabe, e sei que a CDU está bem informada a este nível, vai haver uma verdadeira revolução no transporte publico, aliás ela começou com o passe social que teve uma alteração muito significativa na redução do custo, para os utentes mas a concessão do transporte publico está em fim de prazo, e as Câmaras Municipais agregadas, Lisboa penso que tem situações diferenciadas, é

que vão fazer as concessões dos transportes públicos num modelo e com um regime completamente diferente deste que remonta a 1943, nós podemos insistir mas eles não vão mudar nada, a nossa esperança é que o combus resolva muitas destas situações. -

O Centro Cultural José de Castro, tanto quanto sei, tem projeto mas não está concluído, a ultima informação que tenho será integrado na requalificação do antigo edifício dos bombeiros de Paço de Arcos. É a ultima informação de que disponho, de qualquer maneira devo referir que a Câmara Municipal de Oeiras, nunca fez auditórios em vãos de escada, acho que isso foi uma força de expressão, mas não é a experiencia que temos, nem é aquilo que este Executivo e este Presidente da Câmara disponibiliza à população, não são vãos de escada transformados em auditório. -----

Relativamente à Nova Morada, estacionamento, como já deve ter conhecimento a Câmara tem um projeto para, naqueles terrenos atrás da cooperativa e entre os prédios da Tapada do Mocho, fazer um estacionamento que começou e não sei qual a razão os trabalhos estão parados, começaram a fazer limpeza e terraplanagens, para um estacionamento na Tapada do Mocho, entre a Cooperativa Nova Morada e a Tapada do Mocho. -----

Relativamente à intervenção do PSD, Joana Santa Marta, penso que já dei esta nota, mas a Câmara Municipal de Oeiras já consensualizou uma negociação relativamente ao Centro de Congressos, fez um acordo com a empresa em sede de conciliação e a Câmara está a pegar naquele edifício, para fazer um novo projeto para terminar a obra. Sabemos que entre a execução do projeto, o concurso, talvez daqui a três anos comecem a ver diferenças, os procedimentos são complicados, mas a parceria publico privada já foi extinta. -----

O estacionamento junto à Impresa: a Impresa já abriu o novo parque de estacionamento, também já pedi muitas vezes à polícia para lá ir multar os carros, mas

eles continuam lá, porque de vez em quando passo por ali e constato que tudo está na mesma. -----

Relativamente aos problemas de iluminação na Av. Sá Carneiro, nós vamos dar nota disto à EDP, também quero dar nota à Assembleia de Freguesia que a EDP está a funcionar pessimamente, muito mal, nós damos nota de candeeiros fundidos, há talvez quatro, cinco anos, em 48 horas as luminárias eram repostas, atualmente passam-se meses. O facto é que desde que a empresa foi privatizada é uma desgraça e de facto parece que ninguém nos ouve, nós reclamamos, pedimos, ninguém pode mexer nas luminárias a não ser os técnicos licenciados pela EDP, nem a Câmara, muito menos a Junta como é óbvio, moro num bairro que à volta do meu prédio está tudo fundido, telefona-se mas ninguém nos liga, é um bocadinho o panorama que se vive aqui na União das Freguesias. Isto é uma observação minha que vale o que vale, mas se não substituem as lâmpadas não sei como é que vão fazer o levantamento dos fios eléctricos inoperacionais, mas solicitar. -----

Relativamente aos WC do bar de Caxias, já referi à Câmara que tem que ter lá alguém para ter o WC a funcionar, aliás como vai estar a funcionar o chuveiro, foi a informação que chegou, eu não disse que não íamos concessionar o bar, disse que é muito difícil porque de facto não tem condições e se há ali uma fiscalização, ainda não percebi qual é a responsabilidade da Junta, porque a Junta é que concessionaria por autorização da APL e da Câmara. Desculpem o termo, mas aquele mamarracho que está ali, não é de ninguém, andei a saber de quem era a propriedade, não é da Câmara, não é da Junta, não é da APL, não é de ninguém, portanto quando as coisas são assim, é difícil. -----

Relativamente à intervenção do CDS, Senhor Nuno Gusmão na Rua Joaquim Moreira Rato, penso que a responsabilidade de construção dos passeios é do urbanizador, mas é uma nota que posso pedir à Câmara para me esclarecerem. -----

O bairro do Marchante é de génese ilegal, os moradores não se entendem e sem o entendimento dos moradores, a Câmara também não pode avançar, a Câmara tem tentado fazer ali alguma intervenção, mas os moradores tem que se organizar. -----

Depois a Avenida Álvaro Roquete, fórum de Oeiras: é o local onde vai nascer o futuro edifício dos Paços do Concelho, penso que esse espaço é da Estação Agronómica Nacional, mas não tenho a certeza. -----

---- Interveio o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente se me permite. Mas alguém corta o mato que vai crescendo ali. -----

---- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Sim, mas como sabem no âmbito da prevenção de incêndios quando os proprietários não atuam, é a Câmara que tem que atuar, a Câmara como já perceberam está atuar numa serie de locais, nomeadamente na marginal que não é responsabilidade da Câmara, mas a Câmara está a atuar e está a limpar, assim como em muitos terrenos particulares e depois tem que imputar o custo aos proprietários, quando há risco de incêndio e nós vimos isso em toda a área da União das Freguesias, a Câmara está a atuar e bem. É tudo Senhor Presidente. Obrigada. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Findo o tempo dedicado ao PAOD, vamos entrar na Ordem de trabalhos. -----

1. Aprovação da Ata nº 08/2017-2021, tendo em consideração que esta ata foi entregue e submetida à aprovação prévia por email para todas as forças aqui presentes, vamos passar de imediato à votação. -----

---- Interveio a Senhora D. Fátima Filipe do PS para dizer o seguinte: -----

Peço desculpa, só para pedir uma correção, a Rua Garcia de Orta não tem “H”. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Será feita a correção, obrigado. -----

A Ata nº 08/2017-2021 foi aprovada por unanimidade dos 21 presentes. -----

Sendo assim vamos desde já passar ao ponto numero dois. -----

2. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº.17/2019 da UFOPAC –
Proposta de Alteração da Tabela de Taxas e Licenças; -----

Está aberta a discussão deste ponto, quem pretende inscrever-se por favor levante o
braço. Tem a palavra o Senhor José Carlos Oliveira do PS, faça favor. -----

--- Interveio o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente, no interesse de todos os cidadãos é normal que nós nos
confrontemos com o aumento das taxas, no interesse da saúde financeira da Junta e
claro de todos os cidadãos, a questão é que é necessário ponderar e pergunto se isto
foi ponderado, a nós não nos parece que tenha sido devidamente ponderado, a
dimensão de alguns dos aumentos se não vão condicionar por exemplo, a capacidade
das feiras, os comerciantes que no fundo são parte da animação importantíssima das
feiras, se não vão condicionar a capacidade que eles tem de rentabilizar o investimento
do custo da presença. Depois há o aumento que se refere às rendas do restaurante,
gostaria de saber, qual é o ponto de situação daquele restaurante, estou a falar do
restaurante que está no próprio edifício da Junta ali em Caxias, em que estado é que
está a dívida, eles tinham julgo que consolidada se realmente a dívida que tinham com
a Junta de Freguesia, se realmente está liquidada ou não. -----

Uma questão que tenho algumas dúvidas, se encaixa aqui Senhor Presidente que é
relativa ao custo do site que segundo me diz a minha colega, não tive o prazer de estar
na reunião de líderes, mas quem lá esteve fez melhor do que eu com certeza, a minha
colega camarada, a questão é que na verdade, o que se conclui é que para além do
site estar bem concebido, valer a pena o investimento, segundo as ultimas contas que

tinha recebido, não por culpa deste Executivo, mas até agora ter-se-iam gasto 35 mil euros em todos os sites ou simulacros de sites que foram para o lixo, não sei se isto é verdade ou não, mas o PS gostaria de saber se é que a Junta conseguiu apurar isso, o que é que aconteceu? Como é que isto foi possível? São sete anos nesta rubrica, representam trinta e cinco mil euros. -----

Depois há atas que não referem o titular da intervenção, é um pormenor, continuo a ter duvidas se encaixa aqui. -----

Relativamente às taxas nós temos esta preocupação, há taxas demasiado elevadas, há subidas brutais que passam por exemplo de oitocentos euros para dois mil e quinhentos, setenta e cinco para duzentos, conviria ter a maior das cautelas para que não se bloqueasse a capacidade dos feirantes poderem rentabilizar os custos do investimento de estarem ali. Muito obrigado. -----

--- Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ---

As minhas questões prendem-se com os aumentos, mas não com a questão das Festas de Paço de Arcos, vou inverter a questão, saludamos a justificação das taxas com o custo real, no entanto, acho que deve ser ponderado, nem sempre deve ser imputado o custo real, neste caso os atestados considerando a sua importância social, o aumento dos atestados temos duvidas se os trinta por cento de aumento, se não serão demais, considero que deveria existir uma maior diferenciação do pedido online para o pedido em papel, se a questão prendesse com a imputação dos custos, se nós vamos ver a tabela, vemos que há pelo menos três entradas, referem-se ao processo em papel na sede ou na delegação, equivale a cerca de dois euros e há ali mais outro que também são cerca de cinquenta cêntimos, ou seja deveria existir uma maior diferenciação até para estimular a desmaterialização do processo e o pedido online,

visto que há margem porque os custos são significativamente mais baixos para o pedido online. -----

Relativamente às Festas é preciso ponderar, em Caxias poderão existir mais dúvidas mas em Paço de Arcos, sete faturas se calhar tem que se subir o valor, porque se não fosse tão apetecível não estava lá tantas pessoas, acredito que tenha sido ponderado e as festas não podem ser um encargo para a freguesia, especialmente quando algumas pessoas estão a lucrar com as festas, temos dúvida como foi colocada pelo colega do PS, relativamente ao restaurante de Caxias se realmente as dívidas já foram salgadas, se já se consegue e é real, exequível aumentar para a renda original dos mil e quinhentos ou se estamos simplesmente a adiar o problema, qual é que é a percepção do Executivo relativamente a este restaurante. Muito obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Seguidamente dou a palavra à Senhora D. Joana Santa Marta do PSD.

---- Interveio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Relativamente aos estabelecimentos comerciais de Caxias, tive oportunidade de esclarecer com a Senhora Presidente já essas questões, sei que vai responder a elas. - A questão que coloco é relativamente às festas, penso que as Festas de Laveiras não podem ser comparadas com as festas de Paço de Arcos, tendo em consideração que as Festas de Paço de Arcos são praticamente dez dias de festas e na zona central e nobre, são festas centenárias onde acontecem espetáculos de grande gabarito para a população mais o fogo-de-artifício, cada um tem o seu gosto, com certeza que muita gente gosta, portanto estão cheias como é óbvio, a questão que coloco é quando se faz uma comparação com os preços de Paço de Arcos e Caxias, uma feira que tem uma dúzia de anos, foram interrompidas durante muito tempo, numa zona muito menos nobre em Caxias, neste caso em Laveiras, a potencialidade dos visitantes não é

garantidamente, basta ver a acessibilidade dos comboios e das pessoas ao centro de Paço de Arcos, é completamente diferente acessibilidade das pessoas a Laveiras, não há comparação possível, penso que os preços deveriam ser repensados porque o enquadramento social é muito diferente, penso que não se deve fazer uma comparação, nós temos que divulgar e tentar fazer crescer as festas de Laveiras e com estes preços penso que é verdadeiramente muito difícil conseguirmos ter gente, pelo menos que tenha uso e que a população tenha alguma vontade de lá ir, temos que fazer com que as coisas sejam realmente apetecíveis e para isso temos que baixar os preços, porque não vai haver feirantes a querer ir para a festa de Laveiras que são dois dias ou três. Muito obrigada. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Mário Gomes do IN-OV. -----

--- Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Não me levem a mal, não tenho a vossa capacidade de falar tão espontaneamente, de maneira que vou ler.

“Após análise da proposta da Junta de Freguesia nº 17/2019 relativa à alteração da tabela de taxas, regulamento e fundamentação económica/financeira conclui-se que a mesma está em conformidade com a legislação em vigor.

Fazendo apenas um enquadramento prévio, uma taxa caracteriza-se por ser uma prestação de um serviço, distinguindo-se dos impostos por ser dotada de natureza comutativa, isto é, por constituir uma contraprestação devida por um serviço ou utilidade que a entidade pública prestou àquele que tem de a pagar.

Assim as Autarquias Locais podem cobrar taxas da seguinte forma:

- i) a prestação de um serviço pela autarquia;*
- ii) a utilização privada de bens do domínio público e privado da autarquia ou*
- iii) a remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição da autarquia, nos termos da lei.*

As taxas da UFOPAC resumem-se de forma geral à emissão de atestados, registo e licenciamento de gatos e cães, certificação de documentos originais, aluguer de salas,

arrendamento de lojas, CTT de Caxias, Posto de enfermagem e cobrança de taxas de ocupação de espaços em feiras das Festividades que organiza.

Ou seja, não são as taxas cobradas com a emissão de atestados que criam a sustentabilidade do orçamento da Junta, não suportando sequer os 5 trabalhadores que prestam atendimento ao público nos diversos postos.

Mas as Autarquias Locais como poder local mais próximo do cidadão prestam um serviço público que deverá garantir equidade e igualdade no atendimento ao cidadão.

Senhor Presidente, senhores deputados,

Quer o Regulamento quer a justificação das taxas respeita o princípio da equivalência jurídica, também consagrado no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, segundo o qual:

“o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular”.

- Na elaboração destes documentos relativos à alteração das taxas a cobrar pela UFOPAC, o EXECUTIVO evidencia a conciliação de três pilares fundamentais: o cumprimento da legislação aplicável com a execução de três documentos que demonstram conhecimento técnico e a realidade da UFOPAC, a necessidade de arrecadar receita para fazer face a algumas despesas correntes da Freguesia e a obrigatoriedade de ter em consideração o meio socioeconómico em que estamos inseridos, evitando onerar os utentes com o pagamento de taxas e licenças, consagrando-se desse modo o princípio da justa repartição dos encargos públicos, prevendo até a isenção em casos específicos.*

Por fim, da análise deste projeto de Tabela de Taxas e dos valores propostos das taxas a adotar foram considerados os custos diretos e indiretos, que veio evidenciar que a maioria dos atos descritos apresentava um valor abaixo do seu custo real, com atualização apenas da emissão dos atestados, arrendamento das lojas e da ocupação de espaços das feiras das festividades a organizar pela UFOPAC, pelo que nos parece de aprovar considerando que o Executivo pretende salvaguardar o equilíbrio das contas”.

Muito Obrigado.

---- Interveio o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Tenho aqui algumas questões, sugestões e uma consideração, digamos que é abrangente quer a este relatório, quer a outros que iremos aprovar a seu tempo, não nos parece e não concordamos com o ponto um ponto um, numa altura e bem que estivemos presentes, foi uma sessão pelo menos agradável e parece que interactivamente irá funcionar, a questão do novo site da União de Freguesias parece-nos que até para incentivar mais o uso das novas tecnologias e os fregueses não terem que se dirigir tanto à Junta de Freguesia, haver aqui um desfasamento de apenas cinquenta cêntimos num pedido de concessão de atestados, confirmações diversas, certificados, dez euros ou nove e cinquenta se for pedido online, não nos parece que vá incentivar que o seu pedido seja feito online por cinquenta cêntimos, as pessoas continuarão a preferir fazê-lo presencialmente, outra questão que confesso não entendi e gostava de ser esclarecido, o ponto cinco ponto quatro "*loja para restauração com área de 163 m²*" temos aqui um valor que era de setecentos e cinquenta e oito euros e sessenta e três cêntimos, corrijam-me e calar-me-ei de imediato se assim não for, estamos a falar do restaurante em Caxias, é isto? Tinha ficado com a impressão, admito que provavelmente erradamente que a renda era mil e quinhentos euros e a proposta é que passe para mil e cem, o que vejo aqui refletido não sei se erradamente ou não, daí a minha consideração final, a relação da Câmara com as Uniões de Freguesia, nomeadamente esta União que estamos a analisar deve passar por não as reduzir exatamente ao que foi aqui abordado, a questão de meros serviços administrativos de passar atestados e outros afins, para isso era necessário o reforço não só de competências mas também de verbas, já tenho defendido isto por diversas vezes em sede de Assembleia Municipal, reduzir Juntas de Freguesia, Uniões de Freguesias este papel parece-nos que é redutor, é um conceito autárquico que nos

parece que já não tem cabimento no tempo em que vivemos, essencialmente essa é uma das razões pela qual nós vamos votar contra este relatório. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Não há mais outras inscrições? -----

--- **Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte:** -----

Pretendo depois fazer uma declaração de voto. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Pode fazê-la já. -----

--- **Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte:** -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO – ANEXO CINCO

1. A proposta agora apresentada afigura-se ajustada ao objetivo de equilíbrio financeiro entre o custo real e o serviço prestado;

2. É, também, de destacar a justa preocupação expressa na Nota Justificativa da proposta de Regulamento de Taxas, passo a citar, " ... ter em consideração o meio socio-económico em que estamos inseridos, evitando onerar demasiado os utentes com o pagamento de taxas e licenças ..." (fim de citação);

3. Contudo, a CDU vota contra esta proposta, em coerência com a posição assumida em anterior Assembleia da UFOPAC, sobre o mesmo tema, por continuar a não ser proposto, a passagem, para a receita da Junta, das taxas previstas na Lei 75/2013, designadamente as expressamente referidas no nº2 do Art.º 132º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente

a) Utilização e ocupação da via pública;

b) Afixação de publicidade de natureza comercial;

c) Atividade de exploração de máquinas de diversão;

Considera a CDU que o executivo da Junta deveria reivindicar para a UFOPAC as competências de controlo prévio, realização de vistorias e fiscalização, que permanecem centralizadas na câmara.

CDU — Coligação Democrática Unitária

António do Espírito Santo”

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Vou dar a palavra ao Executivo para resposta. -----

--- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Obrigada Senhor Presidente, vou ser sintética. -----

Começando pela questão que preocupa quase todos, é o restaurante de Caxias, como se recordam o ano passado, veio aqui uma alteração de proposta de tabela de taxas e licenças e uma das alterações que houve, foi o custo da renda do restaurante, porque ele tinha uma enorme dívida e só com a alteração do montante da renda, de cerca de mil e seiscentos euros de renda para setecentos e cinquenta, é que ele conseguia saldar a dívida que tinha, isto é, ele teve até há bem pouco tempo a resgatar a dívida, que resgatou na totalidade, no valor de mil e cem euros por mês. Pagou a renda que nós fixamos aqui e que os senhores aprovaram, não sei se aprovaram todos, mas pelo menos a maioria, de setecentos e cinquenta euros e depois entregava à Junta mais trezentos e cinquenta euros para abatimento da dívida que está completamente regularizada. O que importa agora fazer é regularizar a renda do restaurante para um valor que tinha sido referido o ano passado: mil e cem euros. Houve aqui alguém que suscitou o facto desta renda ser de mil quinhentos e setenta euros, se entenderem nós podemos pôr a renda em mil quinhentos e setenta, depois o senhor fecha e a família vai para casa, porque ele não tem qualquer hipótese de pagar, aliás a tabela de taxas e licenças que nós aprovamos o ano passado, foi justamente para resolver este

problema e o que vem neste momento é os mil e cem euros que nós sabemos que ele tem capacidade para pagar, portanto a dívida está resgatada a proposta tem a ver com isto. -----

Relativamente aos aumentos de preço, nomeadamente nos atestados, o preço dos atestados é de cerca de doze euros cada um. Devo referir novamente que as pessoas com carência social económica não pagam nada: por outro lado ainda, a maior parte das Juntas tem o preço mais elevado. Fizemos uma análise comparativa e nós face ao número de pedidos, quase cinquenta por cento dos atestados que estamos a emitir são de pessoas estrangeiras, há Juntas que estão a levar cinquenta e dois euros pelos atestados a estrangeiros e portanto, nós não estamos a fazer essa diferenciação, estamos a nivelar pela mesma bitola, mas o que é facto, é que a grande maioria dos atestados que estamos a passar, não são a pessoas de nacionalidade portuguesa. Recebemos testemunhos de pessoas que ficaram muito admiradas quando lhe pediram sete euros e meio, porque na Junta A ou B, não vou dizer quais são, pagaram cinquenta e tal, portanto senhores e senhoras a Junta não tem grandes receitas como perceberam e mandam as regras, nomeadamente a lei que está em vigor, que se aproxime o custo real do serviço daquilo que o utilizador paga e é isso que nós estamos aqui a propor. -----

No tocante às feiras devo dizer-vos que também tive alguma dúvida na apresentação desta proposta ao Executivo, mas também devo referir que não tenho qualquer dúvida que a maioria dos feirantes, particularmente de Paço de Arcos pode pagar isto. O ano passado houve uma senhora que montou um carrossel para crianças que pagou a quantia de seis mil euros. O que nós estamos aqui a propor são os valores que estão explicitados na proposta. O ano passado quando nós percebemos que havia demasiados concorrentes para o espaço existente, resolvemos receber proposta em

carta fechada e é a mesma metodologia que este ano vamos adoptar. Se percebermos que os feirantes não têm capacidade para estes valores, estamos perante uma proposta dinâmica virá aqui à Assembleia uma alteração. Esta é a justificação e o fundamento que tenho para apresentar. -----

Relativamente à questão que suscitaram também das Festas de Laveiras, obviamente que não tem comparação, nem a proposta tem comparação, mas a grande maioria das presenças nas Festas de Laveiras/ Caxias são isenções de pagamento, não pagam nada: Escuteiros, o Rancho da Pedreira Italiana, à Matraca são IPSS's, a grande maioria não paga nada, os que não são instituições, como é óbvio pagam e nós temos que procurar equilibrar a despesa com a receita. O ano passado tivemos um resultado negativo idêntico ao das Festas de Paço de Arcos, aliás foi maior, justamente porque procuramos reanimar e para reativar as Festas de Caxias. A proposta que trazemos é esta e obviamente que se nós percebermos que não tem exequibilidade virá com certeza, uma alteração a ser submetida à Assembleia de Freguesias. -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO – ANEXO SEIS

Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC N9 17/2019 — Proposta de Alteração de Tabela de Taxas e Licenças da União de Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.

O Grupo do Partido Social Democrata votou contra a Proposta N217 / 2019 da UFOPAC por considerar a mesma não promove a igualdade de oportunidades para os futuros Feirantes das Festas de Paço de Arcos e Caxias/Laveiras.

Comparando com a tabela de preços aplicada pelo Município de Oeiras para as Festas do Conselho e considerando já, muito exagerado, o preço apresentado pra os terrados nas Festas de Paço de Arcos o mesmo torna-se inoportável para os terrados nas Festas de Caxias / Laveiras. Considerando a diferença do seu enraizamento, da sua

população e especialmente da sua localização, as Taxas aplicadas aos respetivos terrados, não podem nem devem ser equiparadas.

Em Paço de Arcos realiza-se uma Feira com cerca de 70 anos de História, com a duração de 10 dias de duração e reconhecida em todo o Concelho. A Feira decorre na zona nobre da Vila com estacionamento e transportes públicos disponíveis. Acrescentado ainda o facto de se efectuar em terrenos adjacentes à estrada Marginal com acesso direto a toda a população e ter atrações diárias que culminam com o já tradicional espetáculo piromusical oferecido pela Câmara Municipal de Oeiras.

Em Caxias/ Laveiras as Festas são a recuperação de um projeto antigo e de memória pouco dignificante, com uma duração de apenas 4 dias e um enquadramento social muito diferente. Realiza-se numa zona afastada do centro da Vila, sem estacionamento adequado disponível e sem serviço de transportes público. Acrescentado ainda que esta feira não tem qualquer apoio da Câmara Municipal de Oeiras.

Analisando estas características e tendo em consideração a necessidade e vontade dos Caxienses dinamizarem e divulgarem as suas Festas, o PSD não pode concordar com uma tabela de taxas que iguale o que não é igualável.

Os custos dos terrados determinados para os feirantes em Paço de Arcos não podem, pelas razões mencionadas, serem iguais aos de Caxias / Laveiras. Esta atitude põe em causa a procura dos terrados e por consequência a animação das Festas de Caxias/ Laveiras.

Oeiras, Caxias, 17 abril 2019

O Grupo Político do PSD

Joana Santa Marta de Faria Leal”

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Vamos proceder à votação. -----

2. A Proposta UFOPAC Nº.17/2019 da UFOPAC – Proposta de Alteração da Tabela de Taxas e Licenças: Foi aprovada por maioria com catorze votos a favor (11votos do IN-OV + 3 votos do IOMAF), seis votos contra (2 votos do PS + 1 voto do PSD + 1 voto do CDS/PP + 1 voto da CDU e 1 voto do BE) e uma abstenção (1 voto do PAN). -----

Passamos ao ponto três da ordem de trabalhos. -----

3. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 25/2019 – 1ª Revisão ao Orçamento de 2019. -----

Está aberta a inscrição para discussão deste ponto três, quem pretende usar da palavra por favor levante o braço. Senhor Pedro Fidalgo do IOMAF por favor. -----

--- Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ---

Tenho apenas uma questão, relativamente à rubrica dos vinte e quatro mil euros para contratação de um engenheiro, de onde vem o valor se está a ser imputado à Delegação de Competências, mas tenho ideia que isso não estava previsto, se já é da renegociação, não ficou claro em que rubrica é que estava encaixado esse valor, era esse esclarecimento que gostava de ter. Obrigada. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor António Espírito Santo da CDU, por favor. ----

---- Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

É para fazer uma declaração de voto em relação a este ponto e passo a ler: -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO – ANEXO SETE

A presente proposta de revisão orçamental tem como pressuposto pequenos acertos contabilísticos decorrentes de desvios às previsões iniciais inscritas nas GOPs, cuja necessidade reconhecemos.

Contudo elas não traduzem qualquer alteração ou inflexão nas orientações de gestão financeira preconizadas pela CDU na apreciação e votação de anteriores Revisões Orçamentais, mantendo-se o subfinanciamento de atividades básicas para suprir minimamente as necessidades da freguesia e, muito menos traduzem, as alterações de reforço financeiro que decorreriam da aplicação da Lei 75/2013 em matéria de Delegação de Competências.

Porque a situação só se alterou no sentido da confirmação destas situações, a CDU vota contra, em coerência com anteriores tomadas de posição.

Coligação Democrática Unitária

António do Espírito Santo”

--- Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte: -----

No seguimento do que disse há pouco vou ler novamente. -----

“As Grandes Opções de Plano e Orçamento aprovadas para 2019 têm como objetivo estratégico, prestar serviços de qualidade, melhorar a vida dos cidadãos e executar por delegação de competências o máximo de intervenções no espaço público que concorram para a sustentabilidade ambiental, a segurança e o desenvolvimento em todas as suas dimensões.

Foram definidas como prioridades pela Junta de Freguesia a continuação da reorganização dos serviços da UFOPAC, a intervenção social nas diversas vertentes, um reforço de ações na comissão social de Freguesia, a Cultura apostando nas suas festividades, no desporto com apoio aos agentes desportivos, na infância com diversos eventos a decorrer durante este ano de 2019, na construção do novo website da UFOPAC – sendo que todos os líderes de bancada e o Presidente da Mesa tiveram a oportunidade de assistir a sua apresentação em primeira mão e que será colocado online durante o mês de maio em data a anunciar, entre outros projetos.

No âmbito da Delegação de Competências, as extintas Juntas de Freguesia fizeram um trabalho ao longo dos anos na conservação do espaço público, substituindo-se ao Município por delegação, através do Protocolo de Delegação de Competências assinado nos mandatos anteriores, definindo por iniciativa própria, ou por delegação, as prioridades de intervenção, ou por delegação.

Ocorrendo a renovação da Delegação de Competências em 19 de julho de 2018, só no final de outubro de 2018 chegou o parecer favorável do Tribunal de contas, condição fundamental à concretização daqueles instrumentos de gestão.

A 1ª Revisão orçamental apresenta-se como um documento estratégico de execução contabilística e financeira; no caso em apreço vem incorporar o saldo positivo da gerência anterior no valor de € 126.467,69 propondo-se a aplicação na área social, desportiva, reforço de equipamento administrativo e equipamento básico de suporte a eventos. Ao nível da delegação de competências de forma a podermos intervir em mais uma área da DC foi aberta a rubrica parque e jardins para recuperação do estaleiro sito no jardim municipal de Oeiras.

De realçar a preocupação que é visível no espaço público de melhoria da limpeza urbana e de circulação pedonal, que é evidenciada pela melhoria da qualidade de vida em Oeiras, pelo que nos parece de aprovar esta revisão orçamental.”

---- Interveio o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: -----

Tenho aqui algumas questões relativamente a esta matéria, pelo que percebi daqui, o saldo que vem do anterior Executivo são cento e vinte e seis mil euros. -----

Há outra questão que gostava de perceber, se o valor em dívida que existia a uma prestadora que prestava serviços jurídicos à Junta se essa situação está resolvida. ----

Relativamente ao bar Géiser chegou-nos informação que a gestão deste bar na Praia de Paço de Arcos teria passado para o concessionário Baia dos Golfinhos, confirma-

se? Não se confirma? Se sim, quais os valores? Não vim a todas as Assembleias, fiz-me substituir, mas não me parece que em outras Assembleias tenha sido relatado esta questão. -----

--- Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Não havendo mais intervenções dou a palavra ao Executivo, por favor. -----

--- Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

A primeira questão suscitada pelo Pedro Marques, onde está a rubrica do Engenheiro, está na zero um, zero um, zero sete (onde se lê pessoal em regime de tarefa ou avença), devo dizer que em relação à negociações em curso da nova delegação de competências, a Câmara assumiu pagar um técnico superior, dois assistentes técnicos e os assistentes operacionais, salvo erro podem ir até vinte e seis. -----

Relativamente à CDU discorda das competências da Junta, eu também discordo profundamente que sejam tão limitadas e que as transferências de verbas também sejam limitadas, porque se as transferências de verbas fossem maiores, as competências também seriam mais alargadas, discordo mas digo sinceramente este governo é composto pela CDU, Bloco de Esquerda, Partido Socialista, têm toda a legitimidade e força para alterarem isto, se alterassem a atual legislação e se equiparassem as Juntas de Freguesia, áquilo que se passa com a cidade de Lisboa, já era um grande passo. -----

Relativamente à intervenção do CDS o saldo transitado de 2017 para 2018 foram cento e catorze mil duzentos e oitenta e dois euros, mas está nas contas que foram aprovadas no início de 2018. -----

O bar Geiser não existe. Foi completamente desmantelado por imposição da APL, aquilo que estamos a negociar, é alienar uma pequena parte que é uma estrutura mais pequena de madeira para ser aproveitada por um concessionário da praia de Caxias,

pelo valor que tem atualmente no património da UFOPAC, mas essa decisão ainda não está concluída. Este “equipamento” estava arrumado a apodrecer nos barracões da Escola Eletromecânica de Paço de Arcos, entre apodrecer e alienarmos pelo valor patrimonial preferimos a ultima opção. O Bar Geiser não existe. -----

---- Inteiro o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Queria só dar uma resposta à Senhora Presidente, porque há uma incorrecção. -----

---- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

É uma resposta ou um pedido de esclarecimento? -----

---- Inteiro o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

É uma resposta. -----

---- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Peço imensa desculpa mas não pode ser. Muito obrigado. As perguntas foram colocadas e foram respondidas. -----

---- Inteiro o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

A questão é que há uma incorrecção na resposta da Senhora Presidente e é uma incorrecção grave, induz as pessoas em erro, não é verdade o que disse, o Senhor Presidente não autoriza, paciência. -----

---- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Se é assim, faça favor. Dispõe de trinta segundos. -----

---- Inteiro o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Não foi só a Câmara de Lisboa que fez isso, houve outras Câmaras que fizeram isso, a diferença é que a Câmara de Lisboa tem uma lei impositiva, mas há outros que não tem e fizeram, no entanto há um quadro legal que estabelece a delegação de competência por mútuo acordo, é a única diferença, as competências estão previstas,

existem, se o Presidente da Câmara quiser tem espaço legal para o fazer, o problema é que o Presidente da Câmara não quer fazer. -----

--- Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Também queria dar a minha resposta. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Por equidade também tem trinta segundos. -----

--- Interveio o Senhor António Espírito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Peço desculpa à Senhora Presidente por a contradizer, mas o governo que está no poder não é da CDU, nem faz parte da CDU, é um governo minoritário do PS que pontualmente tem confluência com objetivo da CDU, era só isto. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Trinta segundos, Senhor Nuno Gusmão do CDS. -----

--- Interveio o Senhor Nuno Gusmão do CDS/PP para dizer o seguinte: -----

Deixei uma questão de uma antiga funcionária, prestadora de serviços jurídicos e que ainda tinha uma dívida, a União das Freguesias dispensou a funcionária e não a liquidava, essa questão não foi respondida. -----

--- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

A Junta de Freguesia não deve nada a ninguém e devo dizer que o anterior assessor jurídico da Junta de Freguesia, foi muito deselegante quando tendo saído não nos informou que havia uma dívida, obviamente quando nos informou de imediato nós tratamos do pagamento que está liquidado. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Estando todos devidamente esclarecidos passamos de imediato à votação do ponto três da nossa ordem do dia. -----

3. A Proposta UFOPAC Nº. 25/2019 – 1ª Revisão ao Orçamento de 2019: Foi aprovada com quinze votos a favor (11 votos do IN-OV + 3 votos do IOMAF + 1 voto do PSD), um voto contra (1 voto da CDU) e cinco abstenções (2 votos do PS + 1 voto do CDS/PP + 1 voto do PAN + 1 voto do BE) . -----

Vamos passar ao ponto numero quatro. -----

4. Apreciação e Votação da Proposta UFOPAC Nº. 26/2019 – Relatório de Atividades e Contas de 2018; -----

Neste ponto conforme acordado por todos os líderes presentes na conferência de líderes no dia 9, a Mesa vai autorizar que o Executivo apresente uma curta sumula em formato de slides *powerpoint* antes de dar lugar à discussão feita pela Dra. Mónica. Faça favor. -----

---- Interveio a Senhora D. Mónica Chambel para dizer o seguinte: -----

Boa noite, o meu nome é Mónica Chambel sou funcionária da União das Freguesias, vou fazer uma breve síntese daquilo que foi as contas da União de Freguesias. -----

Temos numa análise orçamental a previsão inicial do orçamento foi de um milhão quatrocentos e quatro mil, quinhentos e dezasseis euros, noventa e nove cêntimos, foi sujeito a duas revisões orçamentais, uma primeira para incorporação do saldo de gerência de 2017 no valor de oitenta e um mil cento e vinte e nove euros, vinte cêntimos e de uma segunda revisão acima de tudo foi para uma regularização da questão da delegação de competências, no valor de cento e vinte e seis mil quatrocentos e oitenta euros, isto tem um total de orçamento corrigido de um milhão, seiscentos e doze mil, cento e vinte e seis euros, dezanove cêntimos, relativamente às receitas corrigidas, tivemos uma execução orçamental de sessenta e sete virgula cinquenta e oito por cento da qual se destaca a execução de noventa e oito, virgula vinte e seis por cento dos impostos, nomeadamente do IMI, cento e cinquenta e oito

por cento de taxas, multas e outras penalidades, teve a ver com a atualização de tabela de taxas do ano passado, a venda de bens e serviços consequência também da aprovação da tabela de taxas, um maior rigor na aplicação das festas referente ao aluguer de tendas e terrados, outras receitas correntes também tivemos uma execução de cento e trinta e cinco, catorze, isto teve a ver acima de tudo com reembolsos de eletricidade que muitas vezes as contagens são dadas por estimativa, depois é feito os acertos e a venda de bens de investimento é de noventa e nove, noventa e três foi a venda de duas viaturas que foi uma Mitshubishi e um Opel Corsa. -----

Em termos gráficos poderemos ter uma ideia mais precisa, verificamos que sessenta e dois por cento diz respeito a transferências correntes, temos nove virgula oitenta e nove por cento relativa à venda de bens e serviços, seguido de nove virgula trinta e nove referente ao IMI, depois são meramente residuais como as taxas e multas, transferência de capital, delegação de competências oito virgula três e o saldo da gerência anterior de seis virgula cinquenta e oito por cento, continuando na receita acabamos por verificar que as despesas correntes tem um peso de sessenta e seis por cento da nossa receita da União das Freguesias, no fundo é a rubrica que mais financia todas as nossas despesas. As receitas próprias, verifica-se um aumento de vinte e cinco por cento, nomeadamente no que respeita com o IMI, a venda das viaturas e a venda de bens e serviços. -----

Relativamente ao orçamento da despesa tivemos uma execução de cinquenta e nove virgula setenta e quatro por cento, que corresponde a uma execução de oitenta e sete vírgula zero cinco com despesas de pessoal, temos transferências correntes, são os apoios que são dados às várias instituições, setenta virgula quatro por cento e outras despesas correntes com oitenta e dois vírgula um por cento. -----

Relativamente ao total da despesa é sem dúvida, a despesa com o pessoal que continua a ser a rubrica com maior peso, apesar de tudo com cinquenta e sete vírgula setenta e três por cento, apesar de ter havido uma redução de onze por cento relativamente a 2017, devido à saída de alguns funcionários por mobilidade, uns para a Câmara, outros para os SIMAS e uma funcionária para o Museu da Presidência. -----

A segunda rubrica é aquisição de bens e serviços com vinte e quatro vírgula cinquenta por cento. -----

Relativamente ao saldo de gerência para 2019 compõem-se em duas, uma execução orçamental que é aquela que efetivamente, mais nos interessa que se utiliza para incorporação do saldo de gerência anterior, no valor de cento e vinte e seis mil quatrocentos e sessenta e sete euros, sessenta e nove cêntimos e outra que corresponde a operações de tesouraria no valor de sete mil e quatro vírgula noventa e sete cêntimos, é uma rubrica que entra e sai, são valores que estão em transição não são valores que pertencem à União de Freguesias. -----

Temos um resultado líquido referente a dois mil e dezoito positivo em oitenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco euros setenta e três cêntimos, verifica-se aqui uma melhoria em termos percentuais de duzentos e sessenta e nove vírgula sessenta e sete por cento, uma vez que em janeiro de dois mil e dezassete, só tivemos vinte e quatro mil, zero dezanove, noventa e sete por cento. -----

Relativamente aos fundos próprios, tivemos um aumento de cento e cinquenta mil quatrocentos e noventa e nove euros, cinquenta e um cêntimos, para duzentos e trinta e nove mil, duzentos e noventa e cinco euros vinte e quatro cêntimos que corresponde ao aumento de cinquenta e nove por cento, no fundo isto é uma breve síntese, relativamente ao Relatório. Muito obrigada. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada. Finda apresentação está aberta a discussão. Faz favor o Senhor Pedro Marques do IOMAF. -----

---- Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ----

Tenho duas questões para colocar à Senhora Presidente do Executivo, é o baixo grau de execução do orçamento, realmente estamos a falar da segunda despesa de cinquenta e nove por cento, na receita de sessenta e quatro, é abaixo do normal.

Depois fiquei na dúvida mas com a sensação que os CTT de Caxias, tinham dado prejuízo pela primeira vez este ano, nunca aconteceu o porquê de dar prejuízo, um serviço que estava minimamente consolidado e é muito importante para a população.

Obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Mário Gomes do IN-OV para dizer o seguinte: -----

A bancada do IN-OV quer expressar o seu reconhecimento pelas inúmeras ações desenvolvidas no relatório de atividades e ao nível do relatório de contas pelo resultado líquido do exercício, que revela uma gestão criteriosa e de grande rigor da aplicação dos dinheiros públicos, que permitirá num futuro próximo fazer opções a favor dos que mais precisam, continuar a apostar no Capital Humano que são os trabalhadores da UFOPAC, apoiar Instituições Sociais, desportivas e culturais, em suma contribuir para mais e melhor qualidade de vida das pessoas que vivem ou trabalham no território da União de Freguesias. -----

O resultado líquido do exercício, traduz-se numa alavancagem de 269.68% em relação ao ano anterior, conseqüentemente a um aumento de fundos próprios de 59%, o que nos leva a felicitar o Executivo por este desempenho, o nosso obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Dou a palavra ao Senhor António Espirito Santo da CDU, por favor. -----

---- Interveio o Senhor António Espirito Santo da CDU para dizer o seguinte: -----

Sobre este assunto vou também ler uma declaração de voto. -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO – ANEXO OITO

A Coligação Democrática Unitária considera a Proposta colocada pela Junta de Freguesia, um documento claro e cuidado que revela, pelo detalhe, respeito pelo órgão a quem compete, em última estância, fazer a sua aprovação.

Na análise do Relatório, encontramos, porém, alguma abertura de portas do Executivo da Junta, para colaborar nos Contratos de Emprego e inserção — pág. 8 do Relatório de Atividades - que mais não são que continuar a insistir na precariedade do trabalho, o que, aliás, está em contradição com a prática do executivo da UFOPAC, louvada pela CDU na Assembleia de Dezembro/2018, em que apresentou um voto de reconhecimento ao Executivo da UFOPAC, por ter desenvolvido um processo de regularização extraordinária de vínculos precários que levou à integração no seu quadro de 13 trabalhadores em situação de precariedade, em Fevereiro de 2018.

Continuamos, também, a constatar, ao longo do documento referências legítimas à escassez da receita. A CDU lembra, porém, que pela aplicação do N.º 2, do Art.º 132 da Lei 75/2013 a UF poderia, em condições negociadas com a Câmara, arrecadar receitas em processos tão significativos quanto poderiam ser as rúbricas de Utilização e ocupação da via pública, de Afixação de publicidade de natureza comercial, de Atividade de exploração de máquinas de diversão, entre outras.

Em matéria de transferência de competências e do cumprimento da Lei 75/2013, referimos, por último, que é inteiramente inaceitável o baixíssimo valor transferido pela CMO para a UFOPAC. São 90519 Euros (pág. 3 do Relatório e Contas de Gestão), valor sem expressão, se comparado com as transferências de milhões, efetuadas para as UF da generalidade dos concelhos da área metropolitana de Lisboa

Pelo acima exposto, o voto da CDU é contra a aprovação desta proposta.

Coligação Democrática Unitária

António do Espírito Santo”.

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Dou a palavra ao Senhor João Freire do IN-OV, por favor. -----

---- Interveio o Senhor João Freire do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Pegando nas palavras do Senhor Mário que também sublinho pelo que disse, queria dizer que a nível de algumas atividades que a Junta resolveu e até fez, foi a organização dos processos de contra-ordenação de canídeos, a reorganização dos serviços, das funções e até do espaço que acho que veio dar um valor, a nível das pessoas o que dizem, é que a nível de estacionamento e de acessos foi melhor, o apoio jurídico e a renegociação dos contratos de comunicação, também a nível dos valores, foi um ganho para a Junta e por fim acho que a parte mais importante disto tudo, foi a regularização dos vínculos precários que existiam e que já estavam há algum tempo pendentes, sendo o mais importante deixei o melhor para o fim, acho que é o mais importante de ser executado e foi. Obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Dou a palavra ao Senhor Nuno Gusmão do CDS, por favor. -----

---- Interveio o Senhor Nuno Gusmão do CDS/ PP para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Algumas considerações. O que nós percebemos é que esta União de Freguesias, já transita do mandato anterior, continua e aqui não assaco responsabilidades à União de Freguesias, continua acumular saldos, se e bem já foi referido aqui, a taxa de execução poderia ser melhor, é óbvio que sim, mas também poderia ser pior, isto parece uma verdade de la palice, mas conheço casos em que é bem pior, ficamos aqui no entremeio, mas há aqui um problema de fundo e que objetivamente até foi falado aqui pela CDU, isso tem que ver como a forma como a

Câmara Municipal de Oeiras, volto novamente a este tema, olha para o que são as Juntas de Freguesias, nomeadamente nas delegações de competências, nas verbas atribuídas para essas mesmas verbas de delegação de competências e até para algumas que nós sabemos que é impossível as Juntas de Freguesias, neste caso em concreto a União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, aceitar outros valores que seriam reduzidos para que fosse feita ou até na dotação, não só de meios financeiros, mas de meios humanos, esta é uma freguesia que é maior em termos de população do que oitenta e seis por cento dos concelhos em Portugal. É desta realidade que nós estamos a falar, bem sei que volto a referir aqui, não querendo fazer um voto de fé, a própria União de Freguesias gostaria de ter mais competências, gostaria de ter mais meios, mas a Câmara Municipal não lhe permite a isso, nós como já o fizemos várias vezes e volto a repetir, já nos pronunciamos em sede de Assembleia Municipal, também contra isto, contra este centralismo que a Câmara obriga a transformar as Juntas de Freguesia em meras repartições. Confesso que não tenho uma posição assumida detalhada relativamente aos números, mas penso que não errarei por muito se dissesse que muita desta execução, poderia ser diferente se a própria União de Freguesias tivesse mais competências para ir mais longe, no que é a gestão do seu território e dos seu munícipes, lamentavelmente por isso, não tem que ver necessariamente com a gestão da União de Freguesias, mas tem que ver isso sim e profundamente contra a mera redução que a Câmara Municipal de Oeiras faz desta União de Freguesias a uma mera repartição, estou a exagerar mas não estou a falhar muito, era importante e este é o sinal que nós iremos dar, iremos votar contra basicamente por isto, porque não concordamos com esta forma de gerir, não concordamos que as Juntas de Freguesia continuem a ser um parente pobre neste concelho e contarão sempre com o nosso apoio, nomeadamente na Assembleia

Municipal para fazer erguer de alguma forma uma voz contra esta forma de gestão das Uniãos de Freguesia e Juntas de Freguesia do Município de Oeiras. Muito obrigado. ---

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Vou dar a palavra ao Executivo. -----

--- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Primeiro queria agradecer à Dra. Mónica a apresentação que ela preparou e que nos fez, obviamente a pedido do Executivo, muito obrigada. -----

De uma forma muito sintética como já foi referido pelo Mário, o ano passado nós procurámos dotar a União das Freguesias e os seus e as suas colaboradoras de melhores condições e portanto, esse foi um dos grandes objetivos do início do ano, mas também procurámos, para além de regularizar a situação dos colaboradores e das colaboradoras que estavam há muitos anos na União de Freguesias, com vínculos precários. Procurámos reorganizar os serviços e dessa forma, motivar as pessoas a estarem mais imbuídas do espírito de missão, mais empenhadas no trabalho que desempenham, esse foi o nosso grande objetivo do ano de 2018. -----

Passando às questões que colocaram, quero esclarecer o seguinte, os CTT sempre deram prejuízo, nunca deram lucro, o ano passado pode ter sido um pouco maior, mas a despesa nunca esteve equivalente à receita e devo dizer-vos que politicamente esta foi uma decisão para melhor servir as pessoas daquela zona, embora nós estejamos a fazer um apanhado e a grande maioria das pessoas não são pessoas de Caxias que lá vão aos CTT e também vos devo dizer que continuo com fortes dúvidas da legalidade da Junta de Freguesia ter um posto dos CTT a partir do momento em que os CTT se tornaram um banco e uma empresa privada, e dá este prejuízo porque não pagam renda, porque as instalações são da Junta no âmbito do contrato de comodato que foi

celebrado com a Câmara Municipal de Oeiras, porque se houvesse lugar ao pagamento do arrendamento, então o prejuízo seria brutal. -----

Relativamente à pouca realização da despesa, ela prendeu-se essencialmente com uma justificação espelhada no relatório relacionada com a tardia receção do visto do Tribunal de Contas. O Tribunal de contas só visou o contrato interadministrativo e o acordo de execução, se a memória não me falha, em outubro de 2018, o que significa que as Juntas ou arriscavam a não receber da Câmara, continuavam a trabalhar e a contratualizar serviços ou esperavam pelo visto do Tribunal de Contas. A nossa opção foi aguardar o visto do Tribunal de Contas e devo dizer-vos que enquanto estiver na gestão da Junta, a minha grande preocupação é salvaguardar os encargos fixos que a Junta tem particularmente, os que decorrem do pagamento dos vencimentos e dos custos fixos da Junta. De seguida vem as outras prioridades, sempre em função da disponibilidade. Cumpre-me informar a Assembleia, que temos procurado desenvolver uma gestão muito criteriosa, daí que me admiro com a intervenção do Senhor Nuno Gusmão do CDS que diz que não concorda com esta forma de gestão, se calhar estou a interpretar mal, acho que o que ele quis dizer é que não concorda com este modelo de transferência de competências e aí estamos de acordo, também não concordo, mas é o que temos e se Lisboa tem uma lei impositiva, o resto do País não tem, portanto quem transfere competências, transfere de acordo com a sua estratégia e com aquilo que entende, pessoalmente acho que dificilmente seria possível fazer uma gestão mais criteriosa. Procuramos arranjar estofos financeiros para que dentro das nossas poucas possibilidades, dar apoio à cultura, ao desporto, à educação, enfim, dentro daquilo que nos é possível, por vezes há iniciativas muito interessantes. Por exemplo na área do ambiente as escolas e instituições procuram-nos porque a Câmara é uma máquina mais pesada, tem mais dificuldade, esta gestão prende-se com a “folga” que a União

deve ter para poder apoiar determinados projetos, e em 2018 não o pudemos fazer. O peso da despesa, a percentagem relativamente pequena da execução da despesa, tem a ver essencialmente com a chegada tardia do visto do Tribunal de Contas. -----

Também devo informar a Assembleia de Freguesia que, na minha perspetiva muito bem, foi abolida a necessidade de visar a delegação de competências, não faz sentido entre duas instituições publicas que podem ser fiscalizadas ou em sede de fiscalização concomitante, habitualmente nunca é fiscalização previa, que haja lugar a visto do Tribunal de Contas que ainda por cima é pago, nós pagamos sem possibilidade de reaver esse valor da Câmara mil e tal euros pelo visto do Tribunal de Contas. Para a União de Freguesias é muito dinheiro. -----

---- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Peço desculpa por interromper, mas tenho que fazer esta nota informativa. Faltam, neste momento, quinze minutos para acabar a sessão. Muito obrigado. -----

Vamos proceder à votação. -----

A Proposta UFOPAC Nº. 26/2019 da UFOPAC – Relatório de Atividades e Contas de 2018. Foi aprovado com quinze votos a favor (11 votos do IN-OV + 3 votos do IOMAF + 1 voto do PSD), três votos contra (1 votos do CDS/PP + 1 voto da CDU + 1 voto do BE) e três abstenções (2 votos do PS + 1 voto do PAN) . -----

---- Inteiro o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente, quero fazer uma declaração de voto por favor. -----

---- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Faça o favor Senhor José Carlos Oliveira do PS. -----

---- Inteiro o Senhor José Carlos Oliveira do PS para dizer o seguinte: -----

O Partido Socialista entende que o Executivo da Junta, dentro do quadro da delegação de competências, tem gerido a Junta com qualidade, não é isso que está em questão,

aliás já o dissemos aqui várias vezes, o que está em questão para o nosso voto de abstenção, é que não havendo delegação de competências, isto não tem importância nenhuma a não ser a seriedade das contas e da transparência, mas de resto não tem importância nenhuma porque os cidadãos não usufruem da eficácia que a Junta devia ter e não tem, porque não tem competências, é preciso que fique muito explícito e damos as boas vindas ao CDS a esta grande preocupação na delegação de competências, porque é precioso e é realmente a luta que nós temos que fazer, mesmo que não a ganhemos até ao fim e até conseguirmos chegar um dia, sabe-se lá à vitória da delegação de Competencias com evidente bom senso, nem seria necessário uma lei impositiva. Muito obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. O ponto cinco trata-se de uma apreciação, portanto não está sujeito a votação, aliás como se passa com o ponto seis e sete. -----

5. Apreciação do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição - 2018; -----

Senhor Pedro Marques do IOMAF, por favor. -----

---- Interveio o Senhor Pedro Fidalgo Marques do IOMAF para dizer o seguinte: ----

Apenas uma retificação, foi referido que o Partido Socialista não mandou as propostas, mas o IOMAF mandou propostas para o orçamento de 2018, mandou mail em 13 de dezembro 2017 para o email da Senhora Presidente, já na altura isto foi retificado, mas manteve-se aqui, se pudesse retificar, porque realmente não está fiel. Obrigado. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Não havendo mais intervenções, passamos ao ponto seis. -----

6. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a actividade da União das Freguesias de 01 de dezembro a 31 de dezembro de 2018; -----

Está aberta a inscrição para discussão. Não há inscrições, sendo assim passamos ao ponto sete. -----

7. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a actividade da União das Freguesias de 01 de janeiro a 31 de março de 2019. ----

Está aberta a inscrição para discussão. Faz favor Senhora D. Joana Santa Marta do PSD. -----

---- Interveio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Queria perguntar se seria possível acrescentar uma declaração de voto no ponto dois.

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

É sim, faz favor. -----

---- Interveio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----

Muito obrigada. Farei chegar oportunamente aos serviços. -----

---- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

Apenas para desejar uma Santa Páscoa a todos da Assembleia e ao Excelentíssimo público que ainda está presente e à Excelentíssima Mesa.

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Não havendo outros assuntos, vamos dar por cumprida a nossa agenda e resta-me solicitar que seja votada para aprovação a ata em minuta. -----

Desejar uma excelente Páscoa e que cheguem com segurança onde querem chegar. --

----- A ata em minuta foi aprovada por unanimidade. -----

---- ENCERRAMENTO -----

--- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 23h54m, da qual será lavrada a ata. -----

--- Para constar se elaborou a presente ata, que depois de lida e aprovada pela Assembleia, será assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e secretários. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia

A 1ª. Secretária

O 2º. Secretário